

DECRETO No:02870 /2023
ABRE CREDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de FERROS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No 4320/64 e, Lei Municipal N° 715 / 2022

CONSIDERANDO:

Necessidade de adequações das ações orçamentárias com suplementações de dotações para melhor atendimento as demandas do município.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam abertos credits Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:

02		Prefeitura Municipal		
02.02		GABINETE DO PREFEITO		
02.02.10		GABINETE DO PREFEITO		
04		Administracao		
04.122		Administracao Geral		
04.122.0020		SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR		
04.122.0020.2006		MANUT.ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEIT		
3.3.90.30.00	027	Material de Consumo		4.026,10
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos		4.026,10
3.3.90.40.00	030	Serv. de TI e Comunicação - PJ		282,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos		282,00
02.07		SECRETARIA MUNIC. ADMINIST. E FAZENDA		
02.07.20		DEPART.PATRIMÔNIO COMPRAS E SERV.GERAIS		
04		Administracao		
04.122		Administracao Geral		
04.122.0021		ADMINISTRAÇÃO GERAL		
04.122.0021.2018		MANUT.ATIVIDADES SECRETARIA ADM.FAZENDA		
3.3.90.30.00	070	Material de Consumo		7.796,30
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos		7.796,30
3.3.90.40.00	074	Serv. de TI e Comunicação - PJ		17.690,01
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos		17.690,01
06		Seguranca Publica		
06.181		Policciamento		
06.181.0177		POLICIAMENTO		
06.181.0177.2024		MANUT.CONV.SEC.SEG.PÚBLICA-POLÍCIA CIVI		
3.3.90.40.00	087	Serv. de TI e Comunicação - PJ		46,46
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos		46,46
06.181.0177.2025		MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR		
3.3.90.40.00	091	Serv. de TI e Comunicação - PJ		25,66
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos		25,66
02.07.30		DEP. TRIBUTAÇÃO ARRECADAÇÃO FISCALIZAÇÃ		
04		Administracao		
04.123		Administracao Financeira		
04.123.0031		ASSISTÊNCIA FINANCEIRA		
04.123.0031.2030		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA TESOURARIA		
3.1.90.11.00	098	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil		3.797,73
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos		3.797,73
3.3.90.93.00	101	Indenizações e Restituições		44.352,14
1.700.000.0000		Outras Transf. Convênios ou Inst		44.352,14
02.08		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
02.08.10		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME		

UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: FERROS ENTIDADE: CONSOLIDADA	DECRETO No:02870 /2023 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	FOLHA: 2
-----------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------	-----------------

12		Educacao		
12.361		Ensino Fundamental		
12.361.0239		TRANSPORTE ESCOLAR		
12.361.0239.2276		MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB		
3.3.90.30.00	116	Material de Consumo		14.837,22
	<i>1.540.000.0000</i>	<i>Transferências do FUNDEB - Impostos /</i>		<i>14.837,22</i>
12.365		Educacao Infantil		
12.365.0185		CRECHE		
12.365.0185.2536		MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL		
3.1.90.04.00	121	Contratação por Tempo Determinado		33.206,52
	<i>1.540.000.0000</i>	<i>Transferências do FUNDEB - Impostos /</i>		<i>33.206,52</i>
02.08.20		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
12		Educacao		
12.361		Ensino Fundamental		
12.361.0021		ADMINISTRAÇÃO GERAL		
12.361.0021.2305		MANUTENÇÃO ATIV. ADMINISTRAÇÃO GERAL		
3.3.90.36.00	144	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física		4.224,00
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>		<i>4.224,00</i>
12.361.0188		ENSINO REGULAR		
12.361.0188.1251		AQUIS.EQUIP.MAT.PER. ENSINO FUNDAMENTAL		
4.4.90.52.00	148	Equipamento e Material Permanente		2.310,00
	<i>1.550.000.0000</i>	<i>Transferência do Salário-Educação</i>		<i>2.310,00</i>
12.361.0239		TRANSPORTE ESCOLAR		
12.361.0239.2267		MANUTENÇÃO ATIVIDADES TRANSPORTE ESCOLA		
3.1.90.04.00	160	Contratação por Tempo Determinado		2.791,55
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>		<i>2.791,55</i>
12.361.0427		ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		
12.361.0427.2050		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		
3.3.90.30.00	168	Material de Consumo		1.412,00
	<i>1.552.000.0000</i>	<i>Transf. Recur. do FNDE Ref.</i>		<i>1.412,00</i>
12.361.0427.2244		MANUTENÇÃO CANTINA SERVIDORES EDUCAÇÃO		
3.3.90.30.00	169	Material de Consumo		7.792,36
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>		<i>7.792,36</i>
12.365		Educacao Infantil		
12.365.0185		CRECHE		
12.365.0185.2537		MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL		
3.1.90.04.00	179	Contratação por Tempo Determinado		12.936,00
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>		<i>12.936,00</i>
3.1.90.11.00	180	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil		9.950,82
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>		<i>9.950,82</i>
3.3.90.30.00	182	Material de Consumo		1.970,00
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>		<i>1.970,00</i>
3.3.90.36.00	183	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física		3.960,00
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>		<i>3.960,00</i>
3.3.90.39.00	184	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica		4.986,48
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>		<i>4.986,48</i>
12.365.0190		EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR		
12.365.0190.2248		MANUT.ATIV.EDUCAÇÃO BÁSICA - PRÉ-ESCOLA		

<p>UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: FERROS ENTIDADE: CONSOLIDADA</p>	<p style="text-align: right;">FOLHA: 3</p> <p style="text-align: center;">DECRETO No:02870 /2023 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	3.1.90.04.00	189	Contratação por Tempo Determinado	21.054,00
	1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	21.054,00
	3.3.90.39.00	193	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	8.200,00
	1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	8.200,00
02.09			SEC. MUN.CULTURA ESPORTE LAZER E TURISM	
02.09.10			DEPARTAMENTO DE CULTURA, LAZER E TURISM	
13			Cultura	
13.392			Difusao Cultural	
13.392.0247			DIFUSÃO CULTURAL	
13.392.0247.2084			MANUTENÇÃO ATIVIDADES DIFUSÃO CULTURAL	
	3.3.90.30.00	204	Material de Consumo	2.470,05
	1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	2.470,05
	3.3.90.39.00	207	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	13.510,00
	1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	13.510,00
02.09.20			DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27			Desporto e Lazer	
27.812			Desporto Comunitario	
27.812.0224			DESPORTO AMADOR	
27.812.0224.2081			MANUT.ATIV. EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	
	3.3.90.30.00	227	Material de Consumo	144,00
	1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	144,00
	3.3.90.36.00	229	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	1.720,00
	1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	1.720,00
02.10			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
02.10.10			FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
10			Saude	
10.122			Administracao Geral	
10.122.0437			GESTÃO DO SUS	
10.122.0437.2481			MANUTENÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE	
	3.3.90.30.00	244	Material de Consumo	2.746,00
	1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	2.746,00
	3.3.90.40.00	247	Serv. de TI e Comunicação - PJ	6.024,88
	1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	6.024,88
10.272			Previdencia do Regime Estatutario	
10.272.0437			GESTÃO DO SUS	
10.272.0437.2090			OBRIGAÇÕES DEVIDAS	
	3.1.90.13.00	252	Obrigações Patronais	930,24
	1.600.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	930,24
10.301			Atencao Basica	
10.301.0433			ATENÇÃO BÁSICA	
10.301.0433.2484			MANUT.AÇÕES AT.PRIMÁRIA ATENÇÃO BÁSICA	
	3.1.90.04.00	254	Contratação por Tempo Determinado	84.802,37
	1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	84.802,37
	3.3.90.30.00	258	Material de Consumo	21.155,20
	1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	21.155,20
	3.3.90.39.00	261	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	6.052,28
	1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	6.052,28
	3.3.90.40.00	262	Serv. de TI e Comunicação - PJ	129,92

<p>UF: MINAS GERAIS</p> <p>MUNICÍPIO: FERROS</p> <p>ENTIDADE: CONSOLIDADA</p>	<p>DECRETO No:02870 /2023</p> <p>ABRE CREDITO ADICIONAL</p> <p>SUPLEMENTAR</p> <p>FOLHA: 4</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	129,92
10.301.0438		INVESTIMENTOS REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
10.301.0438.1486		AQUIS.EQUIP.MAT.PER. SERVIÇOS SAÚDE	
4.4.90.52.00	269	Equipamento e Material Permanente	99.940,00
	1.621.000.0000	Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	99.940,00
10.302		Assist. Hospitalar e Ambulatorial	
10.302.0434		MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
10.302.0434.2092		MANUT.ASSIST.HOSPITALAR AMBULATORIAL	
3.1.90.04.00	270	Contratação por Tempo Determinado	2.331,92
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	2.331,92
3.3.90.30.00	274	Material de Consumo	4.000,00
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	4.000,00
10.302.0434.2564		COMPRA DE SERVIÇOS CONSORCIO CISCEL	
3.3.93.39.00	284	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	12.135,39
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	12.135,39
10.303		Suporte Profilático e Terapêutico	
10.303.0435		ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
10.303.0435.2501		MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
3.3.90.32.00	290	Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita	16.071,59
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	16.071,59
3.3.90.40.00	293	Serv. de TI e Comunicação - PJ	118,30
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	118,30
02.11		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
02.11.10		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -	
08		Assistencia Social	
08.243		Assist. a Criança e ao Adolescente	
08.243.0589		PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
08.243.0589.2580		PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	
3.1.90.11.00	307	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	2.441,63
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	2.441,63
3.3.90.30.00	309	Material de Consumo	2.313,60
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	2.313,60
3.3.90.36.00	310	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	3.960,00
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	3.960,00
08.244		Assistencia Comunitaria	
08.244.0588		GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUAS	
08.244.0588.2586		APOIO ORGANIZACIONAL DA GESTÃO DO PROGR	
3.3.90.36.00	322	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	1.432,23
	1.660.000.0000	Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência	1.432,23
08.244.0589		PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
08.244.0589.2571		SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
3.1.90.16.00	329	Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil	159,86
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	159,86
3.3.90.14.00	330	Diárias - Pessoal Civil	824,40
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	824,40
3.3.90.36.00	333	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	268,98
	1.660.000.0000	Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência	268,98
3.3.90.39.00	334	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	6.582,50

<p>UF: MINAS GERAIS</p> <p>MUNICÍPIO: FERROS</p> <p>ENTIDADE: CONSOLIDADA</p>	<p>DECRETO No:02870 /2023</p> <p>ABRE CREDITO ADICIONAL</p> <p>SUPLEMENTAR</p> <p>FOLHA: 5</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	6.582,50
3.3.90.40.00	335	Serv. de TI e Comunicação - PJ	1.064,70
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	1.064,70
02.11.20		DEPART. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08		Assistencia Social	
08.243		Assist. a Crianca e ao Adolescente	
08.243.0592		OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
08.243.0592.2427		MANUTENÇÃO ATIVIDADES CONSELHO TUTELAR	
3.3.90.30.00	348	Material de Consumo	1.250,00
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	1.250,00
3.3.90.40.00	351	Serv. de TI e Comunicação - PJ	118,30
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	118,30
02.12		SECRET.MUNIC.TRANSPORTES OBRAS PÚBLICAS	
02.12.10		DEP.MUNIC.SERV.URB.RURAI S OBRAS PÚBLICA	
15		Urbanismo	
15.122		Administracao Geral	
15.122.0021		ADMINISTRAÇÃO GERAL	
15.122.0021.2281		MANUT.ATIV.DEPARTAMENTO OBRAS PÚBLICAS	
3.3.90.30.00	378	Material de Consumo	15.654,85
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	15.654,85
15.452		Servicos Urbanos	
15.452.0325		LIMPEZA PÚBLICA	
15.452.0325.2179		MANUTENÇÃO ATIVIDADES LIMPEZA PÚBLICA	
3.3.90.30.00	388	Material de Consumo	14.000,00
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	14.000,00
25		Energia	
25.752		Energia Eletrica	
25.752.0327		ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
25.752.0327.2201		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO	
3.3.90.39.00	431	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	2.510,00
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	2.510,00
02.12.20		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
26		Transporte	
26.782		Transporte Rodoviario	
26.782.0021		ADMINISTRAÇÃO GERAL	
26.782.0021.2153		MANUT.ATIV.OFIC.MECÂNICA DEPART.TRANSP.	
3.3.90.40.00	438	Serv. de TI e Comunicação - PJ	354,90
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	354,90
26.782.0534		ESTRADAS VICINAIS	
26.782.0534.2157		MANUTENÇÃO ATIVIDADES ESTRADAS VICINAIS	
3.3.90.30.00	445	Material de Consumo	86.014,79
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	86.014,79
02.13		SECRET.MUN.MEIO AMBIENTE E AGROPECUÁRIA	
02.13.10		DEPART.MEIO AMBIENTE E AGROPECUÁRIA	
18		Gestao Ambiental	
18.181		Policciamento	
18.181.0177		POLICIAMENTO	
18.181.0177.2432		MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA AMBIENTAL	

<p>UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: FERROS ENTIDADE: CONSOLIDADA</p>	<p style="text-align: right;">FOLHA: 6</p> <p style="text-align: center;">DECRETO No:02870 /2023 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

3.3.90.30.00		448	Material de Consumo	4.887,53
1.500.000.0000			Recursos não vinculados de Impostos	4.887,53
18.542			Controle Ambiental	
18.542.0456			CONTROLE DA POLUIÇÃO	
18.542.0456.2104			MANUTENÇÃO DO CONTROLE AMBIENTAL	
3.3.90.40.00		452	Serv. de TI e Comunicação - PJ	43,96
1.500.000.0000			Recursos não vinculados de Impostos	43,96
20			Agricultura	
20.608			Promocao da Producao Agropecuaria	
20.608.0586			AGRICULTURA	
20.608.0586.2216			MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AGRICULTUR	
3.3.90.30.00		468	Material de Consumo	8.103,30
1.500.000.0000			Recursos não vinculados de Impostos	3.480,00
1.501.000.0000			Outros Recursos não Vinculados	4.623,30
3.3.90.39.00		469	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	3.093,75
1.501.000.0000			Outros Recursos não Vinculados	3.093,75
02.07			SECRETARIA MUNIC. ADMINIST. E FAZENDA	
02.07.10			DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
09			Previdencia Social	
09.272			Previdencia do Regime Estatutario	
09.272.0492			PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS	
09.272.0492.2028			MANUT.ATIVIDADES PREVIDÊNCIA BÁSICA	
3.1.90.04.00		479	Contratação por Tempo Determinado	9.959,13
1.500.000.0000			Recursos não vinculados de Impostos	9.959,13
02.08			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
02.08.20			DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12			Educacao	
12.365			Educacao Infantil	
12.365.0190			EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	
12.365.0190.2248			MANUT.ATIV.EDUCAÇÃO BÁSICA - PRÉ-ESCOLA	
3.3.90.36.00		493	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	7.425,00
1.500.000.0000			Recursos não vinculados de Impostos	7.425,00
02.02			GABINETE DO PREFEITO	
02.02.10			GABINETE DO PREFEITO	
04			Administracao	
04.122			Administracao Geral	
04.122.0020			SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	
04.122.0020.2238			MANUT.DESPESAS VIAGEM PREFEITO MUNICIPA	
3.3.90.93.00		494	Indenizações e Restituições	4.596,81
1.500.000.0000			Recursos não vinculados de Impostos	4.596,81
02.07			SECRETARIA MUNIC. ADMINIST. E FAZENDA	
02.07.20			DEPART.PATRIMÔNIO COMPRAS E SERV.GERAIS	
04			Administracao	
04.122			Administracao Geral	
04.122.0021			ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0021.2017			MANUT. SEÇÃO PAT. COMPRAS E SERV. GERA	
3.1.90.04.00		498	Contratação por Tempo Determinado	1.848,45
1.500.000.0000			Recursos não vinculados de Impostos	1.848,45

UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: FERROS ENTIDADE: CONSOLIDADA	DECRETO No:02870 /2023 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	FOLHA: 7
-----------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------	-----------------

02.07.40		DEPARTAMENTO CONTABILIDADE E ORÇAMENTO	
04		Administracao	
04.121		Planejamento e Orcamento	
04.121.0036		CONTABILIDADE	
04.121.0036.2038		MANUT. ATIVIDADES SERVIÇOS CONTABILIDAD	
3.1.90.04.00	499	Contratação por Tempo Determinado	1.848,45
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>1.848,45</i>
02.12		SECRET.MUNIC.TRANSPORTES OBRAS PÚBLICAS	
02.12.10		DEP.MUNIC.SERV.URB.RURAI	
15		Urbanismo	
15.452		Servicos Urbanos	
15.452.0328		PARQUES E JARDINS	
15.452.0328.2186		MANUTENÇÃO ATIVIDADES PARQUES E JARDINS	
3.1.90.16.00	501	Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil	458,69
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>458,69</i>
02.11		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
02.11.10		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -	
08		Assistencia Social	
08.243		Assist. a Crianca e ao Adolescente	
08.243.0590		PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
08.243.0590.2584		PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA	
3.1.90.04.00	508	Contratação por Tempo Determinado	3.085,51
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>3.085,51</i>
02.03		ASSESSORIA JURÍDICA	
02.03.10		ASSESSORIA JURÍDICA	
02		Judiciaria	
02.062		Defesa Inter. Publ. Proc.Judiciario	
02.062.0014		DEFESA DO INTERESSE PUBL.PROCESSO JUDIC	
02.062.0014.2013		MANUT. ATIVIDADES PROCESSO JUDICIÁRIO	
3.3.90.93.00	523	Indenizações e Restituições	4.596,81
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>4.596,81</i>
02.08		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
02.08.20		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12		Educacao	
12.365		Educacao Infantil	
12.365.0190		EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	
12.365.0190.2248		MANUT.ATIV.EDUCAÇÃO BÁSICA - PRÉ-ESCOLA	
3.1.90.94.00	525	Indenizações e Restituições Trabalhistas	36.000,00
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>36.000,00</i>
TOTAL DOS CRÉDITOS: R\$			706.827,62

Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64:

02	Prefeitura Municipal
02.07	SECRETARIA MUNIC. ADMINIST. E FAZENDA
02.07.20	DEPART.PATRIMÔNIO COMPRAS E SERV.GERAIS
04	Administracao

UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: FERROS ENTIDADE: CONSOLIDADA	DECRETO No:02870 /2023 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	FOLHA: 8
-----------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------	-----------------

04.122		Administracao Geral	
04.122.0021		ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0021.2018		MANUT.ATIVIDADES SECRETARIA ADM.FAZENDA	
3.3.90.39.00	073	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	3.093,75
	<i>1.501.000.0000</i>	<i>Outros Recursos não Vinculados</i>	<i>3.093,75</i>
06		Seguranca Publica	
06.181		Policciamento	
06.181.0177		POLICIAMENTO	
06.181.0177.1012		INSTALAÇÃO DE CÂMARA OLHO VIVO	
4.4.90.52.00	082	Equipamento e Material Permanente	56.419,46
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>56.419,46</i>
06.181.0177.2010		MANUTENÇÃO CÂMARA OLHO VIVO	
3.3.90.39.00	083	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	9.727,40
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>9.727,40</i>
24		Comunicacoes	
24.722		Telecomunicacoes	
24.722.0136		TELEFONIA	
24.722.0136.1010		TELEFONIA CELULAR	
4.4.90.51.00	094	Obras e Instalações	29.835,92
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>29.835,92</i>
02.07.30		DEP. TRIBUTAÇÃO ARRECADAÇÃO FISCALIZAÇÃ	
04		Administracao	
04.123		Administracao Financeira	
04.123.0031		ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	
04.123.0031.2030		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA TESOURARIA	
3.1.90.04.00	097	Contratação por Tempo Determinado	20.000,00
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>20.000,00</i>
02.08		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
02.08.10		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12		Educacao	
12.361		Ensino Fundamental	
12.361.0188		ENSINO REGULAR	
12.361.0188.1574		ESTRUTURAÇÃO/CONST/AMPL.PRÉDIOS ESCOLAR	
4.4.90.51.00	110	Obras e Instalações	48.043,74
	<i>1.540.000.0000</i>	<i>Transferências do FUNDEB - Impostos /</i>	<i>48.043,74</i>
02.08.20		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12		Educacao	
12.361		Ensino Fundamental	
12.361.0021		ADMINISTRAÇÃO GERAL	
12.361.0021.2305		MANUTENÇÃO ATIV. ADMINISTRAÇÃO GERAL	
3.3.90.39.00	145	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	9.950,82
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>9.950,82</i>
12.361.0188		ENSINO REGULAR	
12.361.0188.1203		CONST/AMPL.POÇO ART,CX DAGUA P.ESCOLAR	
4.4.90.51.00	147	Obras e Instalações	960,00
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>960,00</i>
12.361.0188.1287		CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO PRÉDIOS ESCOLARES	
4.4.90.51.00	149	Obras e Instalações	1.000,00

<p>UF: MINAS GERAIS</p> <p>MUNICÍPIO: FERROS</p> <p>ENTIDADE: CONSOLIDADA</p>	<p style="text-align: right;">FOLHA: 9</p> <p style="text-align: center;">DECRETO No:02870 /2023 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	1.000,00
12.361.0188.2247		MANUTENÇÃO ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTA	
3.3.90.36.00	154	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	13.304,08
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	13.304,08
3.3.90.40.00	156	Serv. de TI e Comunicação - PJ	2.000,00
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	2.000,00
12.361.0188.2249		APERF. PESSOAL DOCENTE PROFI. EDUCAÇÃO	
3.3.90.39.00	158	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	743,92
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	743,92
12.361.0239		TRANSPORTE ESCOLAR	
12.361.0239.2267		MANUTENÇÃO ATIVIDADES TRANSPORTE ESCOLA	
3.3.90.30.00	164	Material de Consumo	13.186,48
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	13.186,48
3.3.90.39.00	166	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	2.310,00
	1.550.000.0000	Transferência do Salário-Educação	2.310,00
12.362		Ensino Medio	
12.362.0239		TRANSPORTE ESCOLAR	
12.362.0239.2418		MANUTENÇÃO ATIVIDADES TRANSPORTE 2º GRA	
3.3.90.18.00	170	Auxílio Financeiro a Estudantes	845,66
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	845,66
12.364		Ensino Superior	
12.364.0207		EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
12.364.0207.2005		CURSO PREPARATÓRIO	
3.3.90.39.00	171	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	1.970,00
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	1.970,00
12.364.0207.2346		MANUTENÇÃO ATIVIDADES ENSINO SUPERIOR	
3.1.90.11.00	173	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	2.801,81
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	2.801,81
3.3.90.30.00	175	Material de Consumo	17.043,08
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	17.043,08
12.365		Educacao Infantil	
12.365.0185		CRECHE	
12.365.0185.2538		MANUTENÇÃO DA MERENDA - CRECHE - PNAC	
3.3.90.30.00	186	Material de Consumo	1.412,00
	1.552.000.0000	Transf. Recur. do FNDE Ref.	1.412,00
12.366		Educacao de Jovens e Adultos	
12.366.0188		ENSINO REGULAR	
12.366.0188.2524		MANUT. EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS	
3.3.90.30.00	197	Material de Consumo	1.000,00
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	1.000,00
3.3.90.36.00	198	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	1.000,00
	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos	1.000,00
02.09		SEC. MUN.CULTURA ESPORTE LAZER E TURISM	
02.09.30		FUNDO M.PROT.PATRI.CULT.M.FERROS-FUMPAC	
13		Cultura	
13.391		Patrim. Hist. Art. e Arqueologico	
13.391.0247		DIFUSÃO CULTURAL	
13.391.0247.1562		CONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE B	

UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: FERROS ENTIDADE: CONSOLIDADA	<div> DECRETO No:02870 /2023 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR </div> <div> FOLHA: 10 </div>
-----------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

4.4.90.51.00	236	Obras e Instalações	50.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	50.000,00
13.391.0247.2546		PROM., CONS.REST.BENS CUL.PROT.REC-FUMP	
3.3.90.39.00	238	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	16.524,64
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	16.524,64
13.392		Difusao Cultural	
13.392.0247		DIFUSÃO CULTURAL	
13.392.0247.1086		CONST./AMPL.REFORMA CENTRO CULTURAL	
4.4.90.51.00	239	Obras e Instalações	36.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	36.000,00
02.10		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
02.10.10		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
10		Saude	
10.272		Previdencia do Regime Estatutario	
10.272.0437		GESTÃO DO SUS	
10.272.0437.2090		OBRIGAÇÕES DEVIDAS	
3.1.90.13.00	252	Obrigações Patronais	93.573,25
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	93.573,25
10.301		Atencao Basica	
10.301.0433		ATENÇÃO BÁSICA	
10.301.0433.2484		MANUT.AÇÕES AT.PRIMÁRIA ATENÇÃO BÁSICA	
3.1.90.04.00	254	Contratação por Tempo Determinado	30.930,24
1.600.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	930,24
1.621.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	30.000,00
3.3.90.39.00	261	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	39.940,00
1.621.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	39.940,00
10.301.0438		INVESTIMENTOS REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
10.301.0438.1485		CONSTR./AMPLIAÇÃO IMÓVEIS SERVIÇO SAÚDE	
4.4.90.51.00	268	Obras e Instalações	10.985,60
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	10.985,60
10.303		Suporte Profilatico e Terapeutico	
10.303.0435		ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
10.303.0435.2501		MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
3.3.90.32.00	290	Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita	30.000,00
1.621.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	30.000,00
02.11		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
02.11.10		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -	
08		Assistencia Social	
08.243		Assist. a Crianca e ao Adolescente	
08.243.0589		PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
08.243.0589.2580		PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	
3.1.90.13.00	308	Obrigações Patronais	1.701,21
1.660.000.0000		Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência	1.701,21
08.244		Assistencia Comunitaria	
08.244.0588		GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUAS	
08.244.0588.2586		APOIO ORGANIZACIONAL DA GESTÃO DO PROGR	
3.3.90.39.00	323	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	4.596,81
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	4.596,81

UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: FERROS ENTIDADE: CONSOLIDADA	DECRETO No:02870 /2023 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	FOLHA: 11
-----------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------	------------------

08.244.0589		PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
08.244.0589.2571		SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
3.1.90.13.00	328	Obrigações Patronais	9.483,80
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>9.483,80</i>
02.12		SECRET.MUNIC.TRANSPORTES OBRAS PÚBLICAS	
02.12.10		DEP.MUNIC.SERV.URB.RURAI S OBRAS PÚBLICA	
15		Urbanismo	
15.122		Administracao Geral	
15.122.0021		ADMINISTRAÇÃO GERAL	
15.122.0021.2281		MANUT.ATIV.DEPARTAMENTO OBRAS PÚBLICAS	
3.1.90.11.00	375	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	46.101,60
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>46.101,60</i>
3.3.90.30.00	378	Material de Consumo	4.623,30
	<i>1.501.000.0000</i>	<i>Outros Recursos não Vinculados</i>	<i>4.623,30</i>
3.3.90.39.00	380	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	354,90
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>354,90</i>
15.452		Servicos Urbanos	
15.452.0325		LIMPEZA PÚBLICA	
15.452.0325.1333		AQUIS.EQ.MAT.PER.USINA RECIC.ATERRO SAN	
4.4.90.52.00	384	Equipamento e Material Permanente	9.273,45
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>9.273,45</i>
15.452.0328		PARQUES E JARDINS	
15.452.0328.1187		CONSTRUÇÃO AMPL. PARQUES,PRAÇAS,JARDIN	
4.4.90.51.00	399	Obras e Instalações	118,30
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>118,30</i>
15.452.0575		VIAS URBANAS	
15.452.0575.1189		CONST.AMPL.CALÇ.PAV.ASFAL.PON.PASSA.MUR	
4.4.90.51.00	403	Obras e Instalações	44.352,14
	<i>1.700.000.0000</i>	<i>Outras Transf. Convênios ou Inst</i>	<i>44.352,14</i>
17		Saneamento	
17.512		Saneamento Basico Urbano	
17.512.0447		ABASTECIMENTO D'AGUA	
17.512.0447.2208		MANUTENÇÃO ATIVIDADES SANEAMENTO URBANO	
3.3.90.39.00	422	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	31.234,35
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>31.234,35</i>
02.12.20		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
26		Transporte	
26.782		Transporte Rodoviario	
26.782.0021		ADMINISTRAÇÃO GERAL	
26.782.0021.2153		MANUT.ATIV.OFIC.MECÂNICA DEPART.TRANSP.	
3.1.90.11.00	433	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	10.385,91
	<i>1.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>10.385,91</i>
		TOTAL:	R\$ 706.827,62

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, entra este Decreto em vigor, na data de sua publicação.

UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: FERROS
ENTIDADE: CONSOLIDADA

DECRETO No:02870 /2023
ABRE CREDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR

FOLHA: 12

FERROS, 1 DE JULHO DE 2023

Raimundo Menezes de Carvalho Filho
CPF: 203.831.856-53
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO No:02872 /2023
ABRE CREDITO ADICIONAL
ESPECIAL

O PREFEITO MUNICIPAL de FERROS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No 4320/64 e, Lei Municipal N° 722 / 2023

CONSIDERANDO:

Necessidade de adequações das ações orçamentárias com suplementações de dotações para melhor atendimento as demandas do município.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam abertos creditos Adicionais ESPECIAIS para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:

02	Prefeitura Municipal		
02.10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.10.10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10	Saude		
10.302	Assist. Hospitalar e Ambulatorial		
10.302.0598	PROGRAMA SAMU 192 REGIONAL		
10.302.0598.2589	CIS-URG MEDIO PIRACICABA/SAMU		
3.1.71.70.00	512 Rateio pela Particip. Consórcio Público		23.226,56
1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos		23.226,56
3.3.71.70.00	513 Rateio pela Particip. Consórcio Público		30.002,45
1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos		30.002,45
4.4.71.70.00	514 Rateio pela Particip. Consórcio Público		2.694,83
1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos		2.694,83
TOTAL DOS CRÉDITOS: R\$			55.923,84

Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64:

02	Prefeitura Municipal		
02.12	SECRET.MUNIC.TRANSPORTES OBRAS PÚBLICAS		
02.12.10	DEP.MUNIC.SERV.URB.RURAI S OBRAS PÚBLICA		
15	Urbanismo		
15.452	Servicos Urbanos		
15.452.0325	LIMPEZA PÚBLICA		
15.452.0325.2314	MANUTENÇÃO USINA DE RECICLAGEM DE LIXO		
3.1.90.11.00	391 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil		30.002,45
1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos		30.002,45
15.452.0328	PARQUES E JARDINS		
15.452.0328.1187	CONSTRUÇÃO AMPL. PARQUES,PRAÇAS,JARDIN		
4.4.90.51.00	399 Obras e Instalações		23.226,56
1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos		23.226,56
17	Saneamento		
17.512	Saneamento Basico Urbano		
17.512.0447	ABASTECIMENTO D'AGUA		
17.512.0447.2208	MANUTENÇÃO ATIVIDADES SANEAMENTO URBANO		
3.3.90.39.00	422 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica		2.694,83
1.500.000.0000	Recursos não vinculados de Impostos		2.694,83

UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: FERROS ENTIDADE: CONSOLIDADA	DECRETO No:02872 /2023 ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL	FOLHA: 2
TOTAL:		R\$ 55.923,84

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, entra este Decreto em vigor, na data de sua publicação.

FERROS, 1 DE JULHO DE 2023

Raimundo Menezes de Carvalho Filho
CPF: 203.831.856-53
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO No:02871 /2023
ABRE CREDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de FERROS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No 4320/64 e, Lei Municipal N° 715 / 2022

CONSIDERANDO:

Necessidade de adequações das ações orçamentárias com suplementações de dotações para melhor atendimento as demandas do município.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam abertos credits Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:

02		Prefeitura Municipal	
02.02		GABINETE DO PREFEITO	
02.02.10		GABINETE DO PREFEITO	
04		Administracao	
04.122		Administracao Geral	
04.122.0020		SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	
04.122.0020.2006		MANUT.ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEIT	
3.1.90.11.00	025	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	24.872,45
2.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	24.872,45
3.3.90.30.00	027	Material de Consumo	1.460,00
2.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	1.460,00
02.07		SECRETARIA MUNIC. ADMINIST. E FAZENDA	
02.07.10		DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
09		Previdencia Social	
09.272		Previdencia do Regime Estatutario	
09.272.0495		PREVID.SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	
09.272.0495.2029		MANUT. PROVENTOS INATIVOS PENSIONISTAS	
3.1.90.01.00	058	Aposentadorias Res.Rem. e Reforma	36.766,62
2.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	36.766,62
02.07.20		DEPART.PATRIMÔNIO COMPRAS E SERV.GERAIS	
04		Administracao	
04.122		Administracao Geral	
04.122.0021		ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0021.2017		MANUT. SEÇÃO PAT. COMPRAS E SERV. GERAIS	
3.1.90.11.00	063	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	9.149,82
2.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	9.149,82
04.122.0021.2018		MANUT.ATIVIDADES SECRETARIA ADM.FAZENDA	
3.3.90.36.00	072	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	7.260,00
2.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	7.260,00
06		Seguranca Publica	
06.181		Policciamento	
06.181.0177		POLICIAMENTO	
06.181.0177.2025		MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR	
3.3.90.30.00	088	Material de Consumo	5.020,00
2.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	5.020,00
02.08		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
02.08.20		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12		Educacao	
12.361		Ensino Fundamental	
12.361.0188		ENSINO REGULAR	
12.361.0188.2247		MANUTENÇÃO ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTA	

<p>UF: MINAS GERAIS</p> <p>MUNICÍPIO: FERROS</p> <p>ENTIDADE: CONSOLIDADA</p>	<p style="text-align: right;">FOLHA: 2</p> <p style="text-align: center;">DECRETO No:02871 /2023 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

3.3.90.30.00	153	Material de Consumo	1.380,00
2.550.000.0000		Transferência do Salário-Educação	1.380,00
12.361.0239		TRANSPORTE ESCOLAR	
12.361.0239.1321		AQUIS.EQUIP.MAT.PER. TRANSPORTE ESCOLAR	
4.4.90.52.00	159	Equipamento e Material Permanente	521.180,00
2.571.000.0000		Transf. Estado Ref. Conv.Inst Cong.	521.180,00
12.361.0427		ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	
12.361.0427.2050		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
3.3.90.30.00	168	Material de Consumo	4.833,40
2.550.000.0000		Transferência do Salário-Educação	4.833,40
12.365		Educacao Infantil	
12.365.0185		CRECHE	
12.365.0185.2537		MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL	
3.3.90.30.00	182	Material de Consumo	690,00
2.550.000.0000		Transferência do Salário-Educação	690,00
12.365.0185.2538		MANUTENÇÃO DA MERENDA - CRECHE - PNAC	
3.3.90.30.00	186	Material de Consumo	3.984,80
2.550.000.0000		Transferência do Salário-Educação	3.984,80
12.365.0190		EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	
12.365.0190.2248		MANUT.ATIV.EDUCAÇÃO BÁSICA - PRÉ-ESCOLA	
3.3.90.30.00	192	Material de Consumo	1.380,00
2.550.000.0000		Transferência do Salário-Educação	1.380,00
12.365.0427		ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	
12.365.0427.2364		MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLA	
3.3.90.30.00	195	Material de Consumo	4.830,00
2.550.000.0000		Transferência do Salário-Educação	4.830,00
02.10		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
02.10.10		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
10		Saude	
10.272		Previdencia do Regime Estatutario	
10.272.0437		GESTÃO DO SUS	
10.272.0437.2090		OBRIGAÇÕES DEVIDAS	
3.1.90.13.00	252	Obrigações Patronais	1.327,36
2.621.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	1.327,36
10.301		Atencao Basica	
10.301.0433		ATENÇÃO BÁSICA	
10.301.0433.2484		MANUT.AÇÕES AT.PRIMÁRIA ATENÇÃO BÁSICA	
3.1.90.04.00	254	Contratação por Tempo Determinado	18.941,73
2.621.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	18.941,73
3.3.90.30.00	258	Material de Consumo	14.619,60
2.621.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	14.619,60
3.3.90.36.00	260	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	330,00
2.621.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	330,00
10.302		Assist. Hospitalar e Ambulatorial	
10.302.0434		MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
10.302.0434.2092		MANUT.ASSIST.HOSPITALAR AMBULATORIAL	
3.3.90.30.00	274	Material de Consumo	58.244,62
2.621.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	58.244,62

UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: FERROS ENTIDADE: CONSOLIDADA	DECRETO No:02871 /2023 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	FOLHA: 3
-----------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------	-----------------

3.3.90.39.00	276	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	27.488,36
2.621.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	27.488,36
10.304		Vigilancia Sanitaria	
10.304.0436		VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
10.304.0436.2506		MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
3.1.90.11.00	295	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	5.899,38
2.621.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	5.899,38
02.11		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
02.11.10		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -	
08		Assistencia Social	
08.244		Assistencia Comunitaria	
08.244.0589		PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
08.244.0589.2571		SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
3.3.90.30.00	331	Material de Consumo	1.470,00
2.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	1.470,00
02.11.20		DEPART. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08		Assistencia Social	
08.243		Assist. a Crianca e ao Adolescente	
08.243.0592		OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
08.243.0592.2427		MANUTENÇÃO ATIVIDADES CONSELHO TUTELAR	
3.3.90.30.00	348	Material de Consumo	218,68
2.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	218,68
02.12		SECRET.MUNIC.TRANSPORTES OBRAS PÚBLICAS	
02.12.10		DEP.MUNIC.SERV.URB.RURAI S OBRAS PÚBLICA	
15		Urbanismo	
15.122		Administracao Geral	
15.122.0021		ADMINISTRAÇÃO GERAL	
15.122.0021.2281		MANUT.ATIV.DEPARTAMENTO OBRAS PÚBLICAS	
3.1.90.11.00	375	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	22.665,13
2.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	22.665,13
3.3.90.30.00	378	Material de Consumo	1.291,00
2.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	1.291,00
15.452		Servicos Urbanos	
15.452.0325		LIMPEZA PÚBLICA	
15.452.0325.2179		MANUTENÇÃO ATIVIDADES LIMPEZA PÚBLICA	
3.1.90.04.00	385	Contratação por Tempo Determinado	12.408,00
2.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	12.408,00
3.1.90.11.00	386	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	1.690,63
2.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	1.690,63
3.3.90.30.00	388	Material de Consumo	4.500,00
2.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	4.500,00
15.452.0325.2314		MANUTENÇÃO USINA DE RECICLAGEM DE LIXO	
3.1.90.11.00	391	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	16.935,75
2.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	16.935,75
17		Saneamento	
17.512		Saneamento Basico Urbano	
17.512.0449		SISTEMAS DE ESGOTOS	
17.512.0449.2213		MANUTENÇÃO SERVIÇOS ESGOTOS ZONA URBANA	

UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: FERROS ENTIDADE: CONSOLIDADA		DECRETO No:02871 /2023 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		FOLHA: 4
3.1.90.11.00	426	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	10.190,19	
	<i>2.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>10.190,19</i>	
02.12.20		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES		
26		Transporte		
26.782		Transporte Rodoviario		
26.782.0534		ESTRADAS VICINAIS		
26.782.0534.2157		MANUTENÇÃO ATIVIDADES ESTRADAS VICINAIS		
3.3.90.30.00	445	Material de Consumo	38.000,00	
	<i>2.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>38.000,00</i>	
02.13		SECRET.MUN.MEIO AMBIENTE E AGROPECUÁRIA		
02.13.10		DEPART.MEIO AMBIENTE E AGROPECUÁRIA		
18		Gestao Ambiental		
18.181		Policiamento		
18.181.0177		POLICIAMENTO		
18.181.0177.2432		MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA AMBIENTAL		
3.3.90.30.00	448	Material de Consumo	1.068,32	
	<i>2.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>1.068,32</i>	
20		Agricultura		
20.608		Promocao da Producao Agropecuaria		
20.608.0088		DESENVOLVIMENTO ANIMAL		
20.608.0088.2334		APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL		
3.3.90.30.00	461	Material de Consumo	110,40	
	<i>2.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>110,40</i>	
02.08		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
02.08.10		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME		
12		Educacao		
12.361		Ensino Fundamental		
12.361.0188		ENSINO REGULAR		
12.361.0188.2269		REMUNERAÇÃO PROF.MAGISTÉRIO-FUNDEB (70%		
3.1.90.94.00	486	Indenizações e Restituições Trabalhistas	4.609,52	
	<i>2.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>4.609,52</i>	
02.08.20		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
12		Educacao		
12.365		Educacao Infantil		
12.365.0190		EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR		
12.365.0190.2248		MANUT.ATIV.EDUCAÇÃO BÁSICA - PRÉ-ESCOLA		
3.1.90.94.00	525	Indenizações e Restituições Trabalhistas	8.129,32	
	<i>2.500.000.0000</i>	<i>Recursos não vinculados de Impostos</i>	<i>8.129,32</i>	
02.10		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.10.10		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10		Saude		
10.303		Suporte Profilatico e Terapeutico		
10.303.0435		ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
10.303.0435.2501		MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
3.3.90.14.00	526	Diárias - Pessoal Civil	885,00	
	<i>2.621.000.0000</i>	<i>Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS</i>	<i>885,00</i>	

UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: FERROS ENTIDADE: CONSOLIDADA	<div>FOLHA: 5</div> <div>DECRETO No:02871 /2023 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR</div>
-----------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

TOTAL: R\$ 873.830,08

Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64.
Por Superavit Financeiro:

873.830,08 R\$

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, entra este Decreto em vigor, na data de sua publicação.

FERROS, 1 DE JULHO DE 2023

Raimundo Menezes de Carvalho Filho
CPF: 203.831.856-53
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO No:02873 /2023
ABRE CREDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de FERROS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No 4320/64 e, Lei Municipal N° 715 / 2022

CONSIDERANDO:

Necessidade de adequações das ações orçamentárias com suplementações de dotações para melhor atendimento as demandas do município.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam abertos creditos Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:

02	Prefeitura Municipal		
02.10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.10.10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10	Saude		
10.301	Atencao Basica		
10.301.0438	INVESTIMENTOS REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE		
10.301.0438.1486	AQUIS.EQUIP.MAT.PER. SERVIÇOS SAÚDE		
4.4.90.52.00	269 Equipamento e Material Permanente		137.000,00
	<i>1.621.000.0000</i>	<i>Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS</i>	<i>137.000,00</i>
02.12	SECRET.MUNIC.TRANSPORTES OBRAS PÚBLICAS		
02.12.20	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES		
26	Transporte		
26.782	Transporte Rodoviario		
26.782.0534	ESTRADAS VICINAIS		
26.782.0534.2157	MANUTENÇÃO ATIVIDADES ESTRADAS VICINAIS		
3.3.90.39.00	447 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica		38.395,50
	<i>1.749.014.0000</i>	<i>Outras Vinc. Transf. Aplic.Rec Uniao</i>	<i>38.395,50</i>
TOTAL:		R\$	175.395,50

Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64.

Por Excesso de Arrecadação:

R\$ 175.395,50

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, entra este Decreto em vigor, na data de sua publicação.

FERROS, 1 DE JULHO DE 2023

Raimundo Menezes de Carvalho Filho
CPF: 203.831.856-53
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS
CEP: 35.800-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº. 064/2023

**DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE
CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.**

O Prefeito Municipal de Ferros, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 51, inciso I, da Lei Complementar nº. 002, de 22 de maio de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º. – Exonerar a Sr^a. **FILDA ALVES DRUMOND RAMOS**, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ferros, 05 de julho de 2023.

**RAIMUNDO MENEZES
DE CARVALHO
FILHO:20383185653**
RAIMUNDO MENEZES DE CARVALHO FILHO
Prefeito Municipal

Assinado de forma digital por
RAIMUNDO MENEZES DE
CARVALHO FILHO:20383185653
Dados: 2023.07.05 12:16:43 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS
CEP: 35.800-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 065/2023.

**AUTORIZA A CONVERSÃO DE
FÉRIAS-PRÊMIO EM ESPÉCIE.**

O Prefeito Municipal de Ferros, no uso da atribuição prevista no artigo 61, inciso VII e artigo 90, inciso II, da Lei Orgânica do Município, com a redação dada pela Emenda nº. 001, de 12 de junho de 1995, tendo em vista o disposto no § 1º. do Inciso III, letra b do artigo 103, da Lei Complementar nº. 002 de 22 de maio de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º. - Autorizar a conversão em espécie, de férias-prêmio à servidor abaixo relacionado:

- **FILDA ALVES DRUMOND RAMOS**, matrícula 1135-5, da função de provimento efetivo de Professor de Educação Básica, 12 (doze) meses relativos ao 2º, 3º, 4º e 5º lustrô.

.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ferros MG, 05 de julho de 2023.

RAIMUNDO MENEZES DE CARVALHO FILHO
Prefeito Municipal



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Endereço: Rua Silveira Drumond, 209, Santa Luzia. CEP: 35.800-000 – Ferros/MG

Email: cmdcaferrosmg@gmail.com


Telefone: (31) 3863 1832

Processo de Seleção para Conselho Tutelar do Município de Ferros/MG, referente ao mandato 2024/2027.

Lista dos candidatos inscritos

Nome	Situação da Inscrição
Zilda Aparecida Lelis de Abreu	Deferida
Aparecida Rodrigues da Silva Alves	Deferida
Maria Aparecida de Souza	Deferida
Cleuza do Carmo Vieira	Deferida
Camila Lorryni Araújo Oliveira	Deferida
Erica da Silva Soares	Deferida
Elizangela da Costa Vidal	Deferida
Dalva da Cruz Dias	Deferida
Sueli Aparecida Rodrigues Assis	Deferida
Elisa Barbosa da Silva	Deferida
Beatriz Rodrigues da Silva	Deferida
Marlúcia Vidal Rodrigues	Deferida
Adrienne da Silva Mateus	Deferida
Cláudia Silva de Lima	Indeferida
Aline Santos Moura	Indeferida

Ferros, 09 de Julho de 2023.


Ivone Araújo do Nascimento
Presidente da Comissão de Acompanhamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS
CEP: 35.800-000 ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2874 DE 14 DE JULHO DE 2023.

**“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO
PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR
EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO”.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FERROS**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando:

- a classificação final apresentada pela Comissão Municipal do Processo Seletivo nº. 012/2023,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Público Simplificado para Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público, para a Função de Médico PSF, nos termos do Edital nº. 012/2023.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ferros, 14 de julho de 2023.

RAIMUNDO MENEZES DE CARVALHO FILHO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS
Minas Gerais

DECRETO Nº 2875 DE 14 DE JULHO DE 2023.

**“ALTERA O §1º DO ARTIGO 6º DO
DECRETO Nº 2841 DE 10 DE
MARÇO DE 2023 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.”**

O Prefeito do Município de Ferros-MG, no exercício do cargo, e usando das atribuições que lhe são delegadas e conferidas pela Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o §1º do art. 6º do Decreto nº 2841 de 10 de Março de 2023, o qual passa a vigorar com a seguinte redação;

Art. 6º (...)

§ 1º. Para garantia da execução das obras previstas neste artigo, ficam caucionados, em favor do Município, 06 (seis) lotes, a saber: Lotes nº 14, nº15, nº16, nº17, nº18 e nº19.

Art. 2º. Em atenção ao disposto no §1º do art. 6º do Decreto 2841 os lotes serão caucionados através de hipoteca.

Art. 3º. As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 4º. Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ferros, 14 de julho de 2023.


Raimundo Menezes de Carvalho Filho

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS
CEP: 35.800-000 ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2875 DE 19 DE JULHO DE 2023.

**“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO
PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR
EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO”.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FERROS**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando:

- a classificação final apresentada pela Comissão Municipal do Processo Seletivo nº. 013/2023,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Público Simplificado para Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público, para a Função de Nutricionista, nos termos do Edital nº. 013/2023.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ferros, 19 de julho de 2023.

RAIMUNDO MENEZES DE CARVALHO FILHO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS
Minas Gerais

DECRETO Nº 2877 DE 21 DE JULHO DE 2023

**“DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS
REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS EM
DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE
FUTEBOL FEMININO, DURANTE A COPA DO
MUNDO FEMININA 2023.”**

O Prefeito do Município de Ferros-MG, no exercício do cargo, usando das atribuições que lhe são delegadas e conferidas pela Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Nos dias úteis em que estão previstos os jogos da Seleção Brasileira de Futebol Feminino, na Copa do Mundo Feminina 2023, na etapa denominada “Fase de Grupos”, o expediente das repartições públicas municipais observará o disposto a seguir:

I – No dia 24/07/2023 (segunda-feira) o expediente será de 11h00 às 17h00, uma vez que o jogo da seleção terá início às 08h00;

II – No dia 02/08/2023 (quarta-feira) o expediente será de 11h00 às 17h00, uma vez que o jogo da seleção terá início às 07h00;

Art. 2º. Fica estabelecido que o horário de almoço não deverá interromper o expediente que foi reduzido.

Art. 3º. Na hipótese de classificação da Seleção Brasileira de Futebol Feminino para as etapas seguintes, o horário de expediente especial será confirmado em novo decreto.

Art. 4º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ferros, 21 de julho de 2023.

Raimundo Menezes de Carvalho Filho

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS
Minas Gerais

DECRETO Nº 2878 DE 24 DE JULHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE NA FONTE SOBRE OS PAGAMENTOS A FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Ferros-MG, no uso de suas atribuições legais e considerando;

O disposto no art. 158, I da Constituição da República, que atribui aos municípios a titularidade do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

A decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 1.293.453/RS e da Ação Cível Ordinária nº 2897, que determina que “pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal”;

O disposto na legislação tributária federal referente à retenção de tributos, em especial a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e a IN 1.234, de 12 de janeiro de 2012, alterada pela IN RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023;

A necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento de tributos e contribuições sejam realizados em conformidade ao que determina a legislação, sem deixar de cumprir as obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil e à Fazenda Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS Minas Gerais

DECRETA:

Art. 1º. Os órgãos da administração direta do Poder Executivo, bem como suas autarquias e fundações, ao efetuarem pagamento às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia deverão proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, e suas alterações.

§1º Não se aplica às retenções de que trata o caput a dispensa prevista no §6º do art. 3º da IN RFB nº 1.234, de 2012, tendo em vista que o Município é o titular dos valores retidos nos pagamentos efetuados por seus órgãos da Administração Direta, autarquias e fundações.

§2º No âmbito do Poder Executivo, o cálculo do valor a ser retido deverá ser conferido ou calculado pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, durante o último estágio da fase de liquidação da despesa.

Art. 2º. A retenção do IR deverá ser destacada pelo contribuinte no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos na IN RFB nº 1.234, de 2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la.

§1º A não realização do destaque do IR na nota fiscal não impede que a retenção seja realizada, a qual se dará de acordo com os percentuais estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/12.

§2º A pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço amparada pela isenção, incidência ou alíquota zero deve informar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do imposto sobre a renda ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço, conforme disposto no §3º do art. 2º-A da IN RFB nº 1.234, de 2012.

§ 3º Os documentos fiscais com data de emissão anterior à entrada em vigor deste Decreto, mas com pagamento posterior a essa data, terão a retenção do IR de ofício, caso o valor não tenha sido destacado pelo contribuinte.

§ 4º As retenções realizadas na forma deste Decreto serão processadas nos documentos de execução financeira e o sistema registrará, automaticamente, a receita



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS Minas Gerais

correspondente e, quando for o caso, o recolhimento dos valores retidos será centralizado na conta única do tesouro municipal.


§5º O Poder Legislativo, as autarquias e fundações municipais deverão recolher ao caixa único do Município, até o dia 15 do mês subsequente à retenção, os valores retidos na forma deste Decreto.

Art. 3º. As retenções efetuadas serão consideradas como antecipação do imposto devido pelos contribuintes e serão objeto de dedução, compensação ou restituição na forma da legislação específica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ferros, 24 de julho de 2023.


Raimundo Menezes de Carvalho Filho
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
24 / 07 / 2023




PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 723 DE 10 DE JULHO DE 2023.

“DISCIPLINA A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FERROS NO CONSÓRCIO PÚBLICO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA - ICISMEP, DISPENSA A RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Ferros-MG;

Faço saber que a Câmara Municipal de Ferros, por seus Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Município de Ferros-MG poderá participar do Consórcio Público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP visando a realização de objetivos de interesse comum com outros entes da Federação.

Art. 2º. Para a consecução do estabelecido no art. 1º, o chefe do Poder Executivo fica autorizado a formalizar Protocolo de Intenções com os demais entes da Federação.

§ 1º O município poderá participar do Consórcio Público “Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP” constituído na forma de Associação Pública.

§ 2º O Protocolo de Intenções deverá conter todos os requisitos exigidos no art. 4º da Lei Federal nº 11.107/05.

Art. 3º. A autorização contida nesta Lei disciplinadora dispensa a ratificação do Protocolo de Intenções firmado pelo Chefe do Poder Executivo conforme previsto no § 4º do artigo 5º da Lei Federal nº 11.107/2005.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º A dispensa de ratificação estabelecida no caput deste artigo não exime o Poder Executivo de encaminhar o Protocolo de Intenções à Câmara Municipal, para acompanhamento e fiscalização.

§ 2º O Protocolo de Intenções deverá ser publicado em imprensa oficial, ocasião em que se converterá no Contrato de Consórcio Público.

§ 3º A publicação tratada no parágrafo anterior poderá se dar de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet - em que se poderá obter seu texto integral.

Art. 4º. Os objetivos do Consórcio Público serão determinados, através do Protocolo de Intenções, pelos entes da Federação que se consorciarem, observadas as competências e os limites constitucionais a eles atribuídas.

Art. 5º. O Poder Executivo deverá consignar, em suas peças orçamentárias, dotações para atender as despesas assumidas com o Consórcio Público.

§ 1º A formalização de Contrato de Rateio se dará em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.

§ 2º É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de Contrato de Rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

Art. 6º. O Protocolo de Intenções deverá conter quadro geral de empregos públicos, com suas atribuições, requisitos, carga horária e salários, assim como, quando o caso, os



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

empregos de livre nomeação e exoneração e seus respectivos salários e as funções de confiança, com suas respectivas gratificações.

§ 1º A contratação de empregados para o Consórcio deverá se dar mediante concurso público, ressalvados os casos legalmente previstos no ordenamento pátrio.

§ 2º Constituído o Consórcio, as alterações no seu quadro geral de empregos públicos, empregos comissionados e funções de confiança, deverão ser efetivados por deliberação da Assembleia Geral, sempre por maioria absoluta e seguidas das publicações devidas.

§ 3º O Consórcio fica autorizado a proceder a criação dos empregos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 7º. O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado, ainda, a contratualizar com o Consórcio os serviços necessários e ofertados, dispensada a licitação, nos termos do art. 2º, § 1º, III, da Lei nº 11.107/2005 e do art. 18 do Decreto Regulamentador nº 6.017/2007.

Art. 8º. O ICISMEP integrará a Administração indireta do Município, nos exatos termos do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 11.107/05 e do Decreto Regulamentador nº 6.017/07.

Art. 9º. O ingresso do Município no Consórcio Público “Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP” é igualmente abrangido por esta norma, sendo que neste caso o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a formalizar intenção de consorciamento perante a Assembleia Geral do mesmo e, se aceita, também autorizado a assinar o Contrato de Consórcio Público ou seu aditivo, prescindindo de ratificação, mas mantendo-se a obrigatoriedade estabelecida no § 1º, do art. 3º desta Lei.

Art. 10. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento de 2023, na importância total de R\$ 564.982,90 (quinhentos e sessenta e quatro



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

mil novecentos e oitenta e dois reais e noventa centavos), destinado a cobrir despesas com o ICISMEP - Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba:

02	Prefeitura Municipal
10	Secretaria Municipal de Saúde
10	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
122	Administração Geral
0437	Gestão do SUS
2519	Rateio Consórcio ICISMEP
3.1.71.70.00	Rateio pela participação em Consórcio Público.....R\$ 4.413,97
3.3.71.70.00	Rateio pela participação em Consórcio Público.....R\$ 18.092,48
301	Atenção Básica
0433	Atenção Básica
2520	Compra de Serviços Consórcio ICISMEP
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R\$ 365.171,52
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
0434	Média e Alta Complexidade
2587	Compra de Serviços Consórcio ICISMEP
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R\$ 18.000,00
304	Vigilância Sanitária
0436	Vigilância em Saúde
2588	Compra de Serviços Consórcio ICISMEP
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R\$ 28.340,00
12	Secretaria Municipal de Transp. e Obras Públicas
10	Dep. Mun. Serv. Urb. Rurais Obras Públicas
04	Administração
122	Administração Geral
0021	Administração Geral
2514	Rateio Consórcio ICISMEP
3.1.71.70.00	Rateio pela participação em Consórcio Público.....R\$ 12.909,06
3.3.71.70.00	Rateio pela participação em Consórcio Público.....R\$ 10.233,79
20	Departamento de Transportes
26	Transporte
782	Transporte Rodoviário
0534	Estradas Vicinais
2515	Compra de Serviços Consórcio ICISMEP
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R\$ 107.822,08



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º Como recurso à abertura do Crédito Especial autorizado no caput, fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos dos Incisos I e III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.


§ 2º Fica autorizada a suplementação das dotações autorizadas no caput, até o limite:

- I - do superávit financeiro;
- II - do excesso de arrecadação, na forma da legislação vigente;
- III - do valor autorizado no caput, mediante anulação total ou parcial da dotação autorizada.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Plano Plurianual/PPA 2022-2025, Lei Municipal nº 688, de 30 de dezembro de 2021, para inclusão do crédito especial autorizado no caput.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ferros, 10 de Julho de 2023.


Raimundo Menezes de Carvalho Filho
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
10 / 07 / 2023
PB



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 724 DE 14 DE JULHO DE 2023

ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Ferros-MG;

Faço saber que a Câmara Municipal de Ferros, por seus Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei Orçamentária para o exercício de **2024** será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – a estrutura e a organização do orçamento;
- III – as diretrizes gerais para a elaboração e a execução do orçamento do município e suas alterações;
- IV – as disposições para as transferências;
- V – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal;
- VIII – as disposições sobre transparência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

IX – as disposições gerais; e

X – anexos.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As prioridades e metas da administração pública municipal em consonância com o artigo 165, § 2º da Constituição Federal, são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei e que constarão do projeto de Lei Orçamentária, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de **2024** e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, observando as seguintes diretrizes gerais:

I – emprego e renda;

II – desenvolvimento social;

III – planejamento e desenvolvimento urbano;

IV – gestão democrática e participativa.

Parágrafo único. Na elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de **2024**, o Poder Executivo poderá alterar as metas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e cumprimento do cronograma de execução de projetos já iniciados.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º. Para efeito desta lei entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

III – projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – órgão: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar as unidades orçamentárias;

VI – unidade orçamentária: o menor nível de classificação institucional agrupadas em órgãos orçamentários;

VII – especificação da fonte e destinação de recurso: detalhamento da origem e da destinação de recursos definidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para fins de elaboração da LOA e de prestação de contas por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM;

VIII – grupo de origem das fontes de recurso: agrupamento da origem de fontes de recursos contido na LOA por categorias de programação;

IX – aplicação programada de recursos: agrupamento das informações por destinação de recursos contida na LOA por categoria de programação;

X – produto: bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

XI – unidade de medida: utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e

XII – meta física: quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção à qual se vincula.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 4º. O Orçamento Municipal compreenderá as Receitas e Despesas das Administrações direta e indireta e dos fundos municipais especiais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidos na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

§ 1º A despesa será discriminada por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas, com as respectivas dotações especificando a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa e a modalidade de aplicação.

§ 2º A despesa será discriminada na LOA por:

- I – órgão e unidade orçamentária;
- II – função;
- III – subfunção;
- IV – programa;
- V – ação: atividade, projeto e operação especial;
- VI – categoria econômica;
- VII – grupo de natureza de despesa;
- VIII – modalidade de aplicação.
- IX – origem de fonte e aplicação programada de recursos.

Art. 5º. A Lei Orçamentária Municipal conterá Reserva de Contingência, destinada a:

I – atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, no percentual mínimo de 0,2% (zero vírgula dois por cento) da receita corrente líquida;

II - emendas parlamentares impositivas no percentual de até 1,2% (um vírgula dois por cento) da receita corrente líquida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entende-se como “eventos fiscais imprevistos”, a abertura de créditos adicionais para atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de 2024.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 6º. As receitas abrangerão: a tributária própria, a patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução, nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 7º. As despesas corresponderão à diferença apurada entre a receita estimada e o valor destinado à Reserva de Contingência e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se o valor necessário para as despesas de capital.

§ 1º Para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, o Poder Legislativo encaminhará até o dia 31 do mês de julho de 2023, o orçamento de suas despesas, acompanhado de quadro demonstrativo dos cálculos de modo a justificar o seu montante.

§ 2º Se o Poder Legislativo não encaminhar o orçamento de suas despesas dentro do prazo previsto no §1º, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites mencionados no §3º.

§ 3º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar sete por cento do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior, conforme dispõe o art. 29^A da Constituição Federal, acrescentado através da Emenda Constitucional nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar repasses financeiros à (s) entidades (s) da Administração Indireta, cumprindo-se as disposições dos artigos 50, § 2º e 51, § 1º, da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) com as diretrizes traçadas pelas Portarias Interministeriais nº 163/01 e 339 de 29/08/2001.

Art. 8º. Nos termos da 13ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aprovado pela Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022, serão utilizadas “fontes” de recursos com o objetivo de identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos.

§ 1º O mesmo código utilizado para controle das destinações da receita orçamentária também será utilizado na despesa, para controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária.

§ 2º A fonte/destinação de recursos constitui instrumento de planejamento gerencial e será adequada na medida das fases de execução da receita e da despesa de modo a evidenciar as fontes de financiamento do gasto público efetivamente realizado.

§ 3º Na elaboração do PLOA para o exercício de **2024**, o município observará:

I - a Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, quanto à padronização das fontes na execução orçamentária, de forma obrigatória, observando o formato definido na referida Portaria e eventuais alterações;

II - a Portarias STN nº 710, de 25 de fevereiro de 2021 e nº 925, de 08 de julho de 2021, quanto à indicação de um Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária (CO) específico para identificação das emendas individuais que deverá ser associado à fonte de recurso na arrecadação da receita do recursos proveniente da emenda para que seja possível o cálculo da RCL ajustada que será parâmetro para a apuração do limite da DCL;

III - as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 9º. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de **2024**, a preços correntes, acrescidos do índice da inflação (% anual) projetado e PIB real (crescimento percentual anual) mais previsão de recebimento de recursos de convênios.

Parágrafo único. Os valores projetados para as receitas poderão sofrer alteração até a elaboração do orçamento, em decorrência da ausência de divulgação pelos órgãos



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

competentes, dos valores que caberão a cada município, em decorrência de transferências constitucionais, fundo a fundo e voluntárias.

Art. 10. Destinar-se-á à manutenção e ao desenvolvimento do ensino parcela de receita resultante de impostos, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), bem como das transferências do Estado e da União, quando procedentes da mesma fonte.

Parágrafo único. O Município atuará prioritariamente na Educação Básica.

Art. 11. Constituirão receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as constantes da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e leis que fixarem normas complementares.

Art. 12. A execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade pública, não podendo ser utilizados com o objetivo de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 13. O orçamento municipal garantirá dotação específica para pagamento de débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 02 de abril de 2023.

§ 1º Caberá à Procuradoria Jurídica do Município, encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, até 10 de julho de **2023**, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até 01 de julho de **2023**, a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária de **2024**, conforme determinado pelo § 5º do art. 100 da Constituição Federal, discriminada por órgão da Administração Direta, especificando:

- I – número do processo;
- II – número do precatório;
- III – data da expedição do precatório;
- IV – nome do beneficiário e CPF/CNPJ;
- V – valor individualizado por beneficiário e valor total a ser pago.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º Somente serão incluídas no PLOA/2024, dotações para pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e ofício do Poder Judiciário para definição da ordem de apresentação dos precatórios.

Art. 14. A Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até determinado limite, em valor percentual e dependerá da existência de recursos disponíveis.

§ 1º Os recursos referidos no “caput” são provenientes de:

I – superávit financeiro;

II – excesso de arrecadação;

III – anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV – produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las; e

V – reserva de contingência.

§ 2º O aproveitamento dos recursos originários de excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso II, deverá observar o disposto no §3º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, bem como a estimativa de excesso de arrecadação de convênios, nos termos da Consulta TCEMG nº 898.438.

§ 3º Os créditos especiais e extraordinários autorizados e/ou abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, nos limites de seus saldos, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, por ato do Poder Executivo.

Art. 15. As classificações nas dotações, inclusive as decorrentes de emendas impositivas, as fontes de recursos, os códigos e títulos das ações poderão ser alterados de acordo com as necessidades de execução, mantido o valor total da ação, desde que para ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação a orientações



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ou STN – Secretaria do Tesouro Nacional, e que não impliquem em mudança de valores e finalidade da programação.

Parágrafo único. Não oneram o percentual estabelecido para suplementação, os ajustes orçamentários ou realocações de recursos ocorridos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Art. 16. As alterações e inclusões de fontes/destinações de recursos das ações constantes na Lei Orçamentária e dos créditos adicionais, inclusive os reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de arrecadação da receita e das fases de execução da despesa definidas pela Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo único. O recurso não vinculado por lei específica, convênio ou ajuste que se constituir em superávit financeiro de **2023** poderá ser convertido pelo Poder Executivo em recurso ordinário do Tesouro Municipal para o exercício de **2024**, por meio de ato administrativo.

Art. 17. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de **2024** e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação, no mesmo limite da autorização de abertura de crédito suplementar constante na LOA/2024.

Art. 18. Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de crédito suplementar ou especial, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, proporcionalmente ao excesso de arrecadação utilizado, quando proveniente de impostos.

Art. 19. O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação constante de propostas do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 20. Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de **2024** não seja sancionado até 31 de dezembro de **2023**, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – encargos e serviços de dívida;

IV – outras despesas correntes: limitadas a 1/12 (um doze avos) por mês do valor total previsto para essa natureza de despesa, no projeto de lei orçamentária para **2024**, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei;

V – despesas vinculadas: correntes ou de capital, financiadas com recursos financeiros transferidos pela União ou pelo Estado de Minas Gerais, conforme previsto no Termo de Convênio, acordo e ajuste firmados com o Município;

VI – despesas de capital/investimentos: iniciadas e em andamento, conforme projeto básico constante do Edital de Licitação e suas alterações, a fim de evitar prejuízos financeiros e sociais ao Município e seus cidadãos;

VII – despesas com educação e saúde: conforme disposto na Constituição Federal;

VIII – Superávit: limitado a 1/12 (um doze avos) por mês, do total apurado no exercício anterior;

IX – despesas decorrentes de situação de emergência ou calamidade pública.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos ou recursos que ficarem sem despesas correspondentes apurados em virtude de emendas ao Projeto de Lei de Orçamento serão ajustados pelo Executivo Municipal.

Art. 21. As proposições de emendas legislativas, que, direta ou indiretamente, importarem ou autorizarem aumento de despesa, deverão estar acompanhadas de estimativas de impacto orçamentário-financeiro dos efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º Será considerada incompatível a proposição que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

I – aumente despesa em matéria de iniciativa privativa, nos termos da Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal;

II – altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição Federal;

III – crie ou autorize a criação de fundos contábeis ou institucionais com recursos do Município.

§ 2º É vedada a indicação de recursos provenientes da anulação das seguintes despesas:

I – dotações financiadas com recursos vinculados;

II – dotações referentes a contrapartidas;

III – dotações referentes a obras em execução;

IV – dotações financiadas com recursos diretamente arrecadados;

V – dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais;

VI – dotações referentes a benefícios eventuais;

VII – dotações destinadas ao serviço de dívida, compreendendo amortização e encargos;

VIII – dotações relativas às despesas com pessoal e com encargos sociais;

IX – dotações destinadas a custear programas vinculados a fundos municipais;

X – dotações referentes a programas identificados como prioritários no anexo I desta lei, exceto quando se tratar de remanejamento de recursos entre os programas ou no âmbito de um deles.

§ 3º Ao Projeto da Lei Orçamentária Anual não poderão ser apresentadas emendas com recursos insuficientes para a conclusão de uma etapa da obra ou para o cumprimento de parcela do contrato de entrega do bem ou do serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

CAPÍTULO IV DAS TRANSFERÊNCIAS SEÇÃO I DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS

Art. 22. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

§ 1º A certificação de que trata o caput deste artigo poderá ser:

I – substituída, a critério da Administração, pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente; ou

II – dispensada, desde que a entidade execute ações, programas ou serviços em parceria com a administração, nas seguintes áreas:

a) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;

b) combate à pobreza extrema;

c) atendimento às pessoas idosas ou com deficiência; e

d) prevenção de doenças, promoção da saúde e atenção às pessoas com HIV, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária e dengue.

III – dispensada, desde que a subvenção seja concedida por lei específica e a entidade comprove seu regular funcionamento.

§ 2º Só se beneficiarão das concessões de que trata o “caput”, as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus diretores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 3º A execução das ações de que tratam o “caput” fica condicionada à autorização específica exigida pelo caput do art. 26 da Lei Complementar nº. 101, de 2000 e/ou cumprimento dos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

SEÇÃO II

DAS CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DE CAPITAL

Art. 23. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o **caput** do art. 22 desta Lei e que preencham as seguintes condições:

- I – estejam autorizadas em lei específica;
- II – estejam previstas na Lei Orçamentária de **2024** ou em seus créditos adicionais;
- III – sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas de interesse público.

SEÇÃO III DOS AUXÍLIOS

Art. 24. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que atendam a pelo menos um dos seguintes incisos:

I – atendimento direto e gratuito ao público e cumprimento do disposto no caput do art. 22 desta Lei e alternativamente sejam voltadas para a:

- a) educação especial; ou
- b) educação básica;

II – registradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA do Ministério do Meio Ambiente, e qualificadas para desenvolver atividades de conservação, preservação ambiental, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a destinação de recursos oriundos de programas governamentais, bem como àquelas cadastradas junto a essa administração para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

III – de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e alternativamente de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social e atendam ao disposto no caput do art. 22 desta Lei e cujas ações se destinem a:

a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social; ou

b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica;

IV – destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

V – qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas, formalizados instrumentos jurídicos adequados que garantam a disponibilização do espaço esportivo implantado visando o desenvolvimento de programas governamentais;

VI – voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado o interesse público.

SEÇÃO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 22 a 24 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, deverá obedecer aos seguintes critérios:

I – aplicação de recursos de capital exclusivamente para:

a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação física necessária à instalação dos referidos equipamentos; ou

b) aquisição de material permanente; ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

c) construção, ampliação ou conclusão de obras.

II – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio, termo de parceria ou instrumento congênere;

III – execução na modalidade de aplicação 50 – Transferência a entidade privada sem fins lucrativos;

IV – compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social ou dos estabelecimentos em que exerça suas ações, consulta ao extrato do convênio, da parceria ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

V – regularidade de prestação de contas de recursos anteriormente recebidos;

VI – publicação de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção, quando for o caso, das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VII – comprovação pela entidade, da regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular no mínimo de um ano;

VIII – cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente, em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

IX – manutenção de escrituração contábil regular;

X – apresentação pela entidade de certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa de débitos federais e municipais.

XI – demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, informando a quantidade e a qualificação profissional de seu pessoal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

XII – manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica sobre a adequação dos convênios, termo de parceria e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria; e

XIII – comprovação pela entidade privada sem fins lucrativos de efetivo exercício, durante o último ano, de atividades referentes à matéria objeto da parceria.

§ 1º A determinação contida no inciso I do caput não se aplica aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.

§ 2º A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente público ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, ressalvados os casos em que a nomeação decorra de previsão legal.

§ 3º Os recursos decorrentes das parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil, poderão ser utilizados para remunerar servidores ou empregados públicos, desde que se trate de cargo ou emprego acumulável na forma da Constituição Federal.

§ 4º As organizações da sociedade civil, nos termos do disposto no inciso I do caput do art. 2º da Lei 13.019/2014, poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei 4.320/1964, por meio dos seguintes instrumentos:

I – termo de fomento ou de colaboração, hipótese em que deverá ser observado o disposto na Lei 13.019/2014, na sua regulamentação e nas demais legislações aplicáveis; e

II – convênio ou outro instrumento congênere celebrado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos nos termos do disposto no § 1º do art. 199 da Constituição Federal, hipótese em que deverá ser observado o conjunto das disposições legais aplicáveis à transferência de recursos para o setor privado.

§ 5º As entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei 4.320/1964, por meio dos seguintes instrumentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

I – termo de parceria, observado o disposto na legislação específica pertinente a essas entidades, e processo seletivo de ampla divulgação;

II – termo de colaboração ou de fomento, observado o disposto na Lei 13.019/2014 na sua regulamentação e nas demais legislações aplicáveis; e

III – convênio ou outro instrumento congênere celebrado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos nos termos do disposto no § 1º do art. 199 da Constituição Federal, observado o conjunto das disposições legais aplicáveis à transferência de recursos para o setor privado.

§ 6º As entidades qualificadas como Organizações Sociais - OS, nos termos do disposto na Lei 9.637/1998, poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei nº 4.320/1964, por meio de:

I – contratos de gestão, hipótese em que as despesas serão exclusivamente aquelas necessárias ao cumprimento do programa de trabalho proposto e ao alcance das metas pactuadas, classificadas em “Outras Despesas Correntes”, observados o disposto na legislação específica aplicável a essas entidades e o processo seletivo de ampla divulgação.

Art. 26. Não será exigida contrapartida financeira para as transferências previstas nos arts. 22, 23 e 24 desta Lei, sendo facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços.

Art. 27. A entrega de recursos a consórcios públicos em decorrência de delegação para a execução de ações de responsabilidade do Município, não se configura como transferência voluntária e observará as modalidades de aplicação específicas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28. A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1º Deverão ser garantidos na Lei Orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº. 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 29. Na Lei Orçamentária para o exercício de **2024**, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 30. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução 43/2001 do Senado Federal, ressalvadas as operações de créditos por antecipação da receita cuja vedação é prevista no art. 38, IV, b, da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 31. A despesa total com pessoal, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, conforme percentuais fixados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000:

I – 6% (seis por cento) para o Legislativo;

II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:

I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – relativas a incentivos à demissão voluntária;

III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

V – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

- a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
- b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
- c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 32. As despesas com pessoal referidas no artigo anterior, serão comparadas, por meio de balancetes mensais, com o percentual das receitas correntes líquidas, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 33. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando sejam relativas a cargo ou categoria extintas, total ou parcialmente;

III – não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 34. Não obstante o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Município ainda assim poderá contratar horas extras:

I – para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público;

II – manter os serviços essenciais de saúde, educação e assistência social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único. Fica o Executivo Municipal autorizado a estabelecer por decreto, o banco de horas, de modo a possibilitar ao servidor, acumular horas extras, para gozar folgas, prolongar suas férias e/ou compensar na sua jornada de trabalho.

Art. 35. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II da Constituição Federal, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, em especial do pessoal do Ensino, na forma e condições previstas na legislação específica.

Art. 36. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 37. Poderão ser apresentados à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária pertinente, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a mandamentos constitucionais e ao ajustamento às leis complementares e resoluções federais, observando:

I – quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o objetivo de assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

II – quanto ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos – ITBI, a adequação da legislação municipal aos comandos de Lei Complementar Federal.

III – quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a adequação da legislação municipal aos comandos da lei complementar federal e a mecanismos que visem à modernização e à agilização de sua cobrança, arrecadação e fiscalização;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

IV – quanto às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos prestados ao contribuinte, a incidência ou não do tributo;

V – quanto à contribuição de melhoria, a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

VI – a instituição de novos tributos ou a modificação dos já instituídos, em decorrência de revisão da Constituição Federal;

VII – o aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à sua racionalização, simplificação e agilização;

VIII – a aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração à legislação tributária;

IX – o aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, visando à modernização e à eficiência na arrecadação equânime da carga tributária.

§ 1º A concessão ou a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira de que decorra renúncia de receita somente poderá ser aprovada, se:

I – estiver acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;

II – indicar a estimativa de renúncia de receitas e as despesas, em idêntico valor que serão anuladas, ou estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

III – definir os limites de prazo e valor;

IV – atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000;

V – não ensejar, pela diminuição da receita corrente líquida, a necessidade de redução da despesa total com pessoal de qualquer Poder do município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º Os tributos inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

CAPÍTULO VIII DA TRANSPARÊNCIA

Art. 38. O Poder Executivo divulgará e manterá atualizada, em sítio eletrônico, relação das entidades privadas beneficiadas nos termos do disposto nos art. 22 a 24, contendo, pelo menos:

- I – nome e CNPJ;
- II – nome e função dos dirigentes;
- III – área de atuação;
- IV – endereço da sede;
- V – data, objeto, valor e número instrumento celebrado;
- VI – órgão transferidor;
- VII – valores transferidos e respectivas datas;
- VIII – edital do chamamento ou número da lei específica autorizadora do repasse.

Art. 39. Nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Poder Executivo deverá assegurar o direito fundamental de acesso à informação que devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. Aos alunos do ensino básico obrigatório e gratuito da rede municipal será garantido o fornecimento de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único. Desde que cumprido o disposto no caput, é facultado ao município colaborar com o Estado na garantia desses direitos aos alunos da rede estadual de ensino.

Art. 41. Quando a rede estadual de ensino básico e médio for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento pela rede particular de ensino.

Parágrafo único. O Município fica obrigado a garantir vagas para os alunos da rede municipal, atendidos na forma do caput, no exercício imediatamente subsequente.

Art. 42. A manutenção de bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo do aluno.

Art. 43. O Município aplicará, anualmente, em ações e serviços de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados na forma inciso III do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

Art. 44. Os critérios para limitação de despesas, quando a evolução da receita comprometer os resultados orçamentários pretendidos e enquanto a dívida não retornar ao limite, serão fixados em decreto do executivo municipal, e não abrangerão despesas:

- I – que constituam obrigações constitucionais e legais;
- II – destinadas ao pagamento do serviço da dívida;
- III – destinadas às áreas de educação, saúde e assistência social.

Art. 45. O sistema de controle interno acompanhará a eficiência das ações desenvolvidas e avaliará os resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

Art. 46. O Município poderá realizar despesas com a execução de obras de reparos e melhoramentos em imóveis de propriedade do Estado e auxiliar o custeio de despesas próprias dos entes referidos, desde que:

- I – haja previsão orçamentária;
- II – formalize instrumento de convênio, acordo, ajuste ou congênere.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 47. O Executivo Municipal, para estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observará:

- I – a vinculação de recursos a finalidades específicas;
- II – as áreas de maior carência no Município.

Art. 48. As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93, Lei 14.133/2021 e legislações posteriores.

Art. 49. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 50. Para efeito do disposto no art. 42 da LRF considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, bem como parcelas de obras a serem executadas nos exercícios subsequentes, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado ou readequado e efetivamente executado.

Art. 51. A destinação de recursos direta ou indiretamente para pessoas físicas deverá ser autorizada por lei específica, estar prevista no orçamento ou em créditos adicionais e atender a pelo menos uma das condições abaixo:

- I – renda familiar per capita a ser definida em regulamentação específica;
- II – ser atleta representando o Município em competições oficiais fora do Município;
- III – ser artesão representando o Município em Feiras, Congressos ou similares;
- IV – grupos teatrais, músicos e outras pessoas físicas representando o município em Conferências, Feiras, Congressos e similares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 52. Os ordenadores de despesas poderão autorizar a realização de processos licitatórios, no último trimestre do exercício, indicando a dotação orçamentária constante no Projeto de Lei Orçamentária do exercício subsequente, ficando condicionada a homologação do certame, à aprovação do respectivo projeto.

Art. 53. Nos termos do art. 2º desta Lei, as metas e prioridades para o exercício financeiro de **2024** também correspondem às ações decorrentes de emendas parlamentares.

Art. 54. É obrigatória a execução orçamentária e financeira de forma equitativa da programação incluída por emendas individuais em lei orçamentária, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 1º Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal as emendas apresentadas, independente da autoria.

§2º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§3º As programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica, devendo ser adotadas as seguintes medidas:

I – no tempo previsto na Lei Orgânica Municipal para o veto do Prefeito à lei, junto aos vetos parciais, se for o caso, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo, as justificativas dos impedimentos de ordem técnica;

II – até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I deste parágrafo, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III – até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II deste parágrafo, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei à Câmara Municipal sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS ESTADO DE MINAS GERAIS

IV – se, até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III deste parágrafo, a Câmara Municipal não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.

§4º Após o prazo previsto no inciso IV do §3º deste artigo, as programações orçamentárias previstas no caput não serão consideradas de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do §3º deste artigo.

§5º Impedimento de ordem técnica pode ser entendido como elementos que obstem o curso regular da realização da despesa referente à emenda individual de execução obrigatória, sendo exemplos:

I – incompatibilidade do objeto indicado com a finalidade da ação orçamentária;

II – incompatibilidade do objeto indicado com o programa do órgão executor.

§6º As emendas de execução obrigatória a que se refere este artigo, serão identificadas em nível de projeto/atividade.


Art. 55. Integram esta Lei os Anexos das Metas Fiscais e Riscos Fiscais, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 56. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ferros, 14 de julho de 2023.


Raimundo Menezes de Carvalho Filho

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
14 / 07 / 2023


PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS
Estado de Minas Gerais

ANEXO I
PRIORIDADES E METAS
2024

PROGRAMAS	AÇÕES	FINALIDADE DA AÇÃO	PRODUTO DA AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META
Média e Alta Complexidade	Aquisição de uma Van de no mínimo 14 lugares.	Ampliar e omitizar o transporte de pacientes para realização de tratamento fora do município	Veículo adquirido	Un	1
Média e Alta Complexidade	Aquisição de Ambulância Tipo 01 Porte Pequeno.	Garantir o transporte de pacientes acamados da zona rural e transferência de pacientes hospitalizados	Veículos adquiridos	Un	2
Média e Alta Complexidade	Aquisição de Ambulância de grande porte.	Atender a demanda do município	Veículos adquiridos	Un	1
Média e Alta Complexidade	Aquisição de Veículo de 07 lugares.	Ampliar e melhorar a qualidade dos transportes para pacientes em tratamento fora do município, garantindo mais segurança e conforto	Veículos adquiridos	Un	2
Atenção Básica	Aquisição de Veículo de 05 lugares.	Ampliar os atendimentos médicos, odontológicos e multidisciplinares de Saúde na Zona Rural	Veículos adquiridos	Un	3
Gestão do SUAS	Aquisição de móveis, eletrodomésticos e equipamentos eletônicos.	Equipar para melhorar o atendimento dos serviços ofertados no CRAS	Equipamentos adquiridos	Un	10
Gestão do SUAS	Contratação de empresa para capacitação de servidores do SUAS.	Melhorar a qualidade dos serviços	Empresa contratada	Un	1
Gestão do SUAS	Contratação de Equipe Técnica para Estruturação da Secretaria de Ação Social.	Melhorar o atendimento das demandas da Assistência Social	Equipe Contratada	Un	1
Gestão do SUAS	Aquisições de Materiais de Artesanatos para atender as oficinas do CRAS.	Melhorar a qualidade dos serviços ofertados nas Oficinas do SCFV	Materiais adquiridos	Un	30
Gestão do SUAS	Contratar profissionais para realização de oficinas para as famílias em vulnerabilidade social.	Ampliar as oficinas do cras, ofertando cursos as famílias em vulnerabilidade social	Oficineiros Contratados	Un	2
Difusão Cultural	Contratação de empresa para dar assessoria nos projetos culturais da Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo.	Melhor elaboração e desenvolvimento dos projetos e aproveitamento dos recursos recebidos	Assessoria contratada	Un	2
Educação Básica	Aquisição de móveis e eletrodomésticos para as cantinas escolares.	Melhorar os serviços das cantinas.	Equipamentos adquiridos	Un	10
Educação Básica	Aquisição de 01 Caminhonete 4 x 4.	Veículo para distribuição de merenda nas escolas do município	Veículo Adquirido	Un	1
Educação Básica	Contratação de empresa para capacitação de servidores do corpo docente das escolas municipais.	Capacitar os professores aumentando assim seus conhecimentos para ofertar aos alunos um melhor aprendizado.	Empresa contratada	Un	1
Educação Básica	Contratar um profissional Psicopedagogo.	Atender os alunos com transtornos na aprendizagem	Profissional Contratado	Un	1
Educação Pré Escolar	Construção do Centro de Educação Infantil Cindereia.	Ofertar ambiente adequado para os alunos da Educação Infantil	Obra Concluída	Un	1
Estruturação dos Prédios Escolares	Reforma da Escola Municipal Albertino Cassimiro de Almeida.	Ofertar um ambiente	Obra Concluída	Un	1
Infraestrutura	Execução de Pavimentação Urbana.	Melhorar a mobilidade da população, a qualidade de vida e paisagem urbana	Calçamento construído	M2	3.000
Infraestrutura	Execução de Pavimentação Rural.	Melhorar a mobilidade da população, a qualidade de vida e paisagem urbana	Calçamento construído	M2	3.000
Infraestrutura	Execução de Sistema de Abastecimento de Água em Povoados Rurais.	Melhorar o fornecimento de água e qualidade de vida para a população local.	Abastecimento realizado	Un	3
Infraestrutura	Reforma em Praças e Áreas Urbanas do Município.	Melhorar a qualidade de vida e urbanização.	Praças reformadas.	Un	3
Infraestrutura	Construção de Sistema de Esgotamento Sanitário no Distrito de Sete Cachoeiras.	Melhorar o saneamento básico ofertado à população local.	Sistema de Esgotamento Sanitário Construído.	Un	1
Infraestrutura	Reestruturação da Secretaria de Transporte e Obras Públicas.	Reforma da Oficina, Lava Jato, Construção de um Galpão e Pavimentação, melhorar o espaço físico para os funcionários e acomodação das frota.	Secretaria reestruturada.	Un	1
Serviços Urbanos	Aquisição de um veículo 4x4.	Transporte da equipe de obras.	Veículo adquirido.	Un	1
Iluminação Pública	Executar a extensão de rede elétrica escolar nas escolas: José de Carvalho, Reino Encantado e Felissimo Martins Quintão.	Ampliação da rede elétrica escolar	Rede de iluminação pública ampliada.	M	1.200



ENTIDAD PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIP FERROS
UF: MINAS GERAIS

Resultado de Índices Oficiais
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Exercício de 2024

Informações sobre o PIB

Esfera do PIB: FEDERAL

Percentual do PIB para o exercício de 2023: 0.8000 %

Valor do PIB previsto para o exercício de 2022: null

Valor do PIB realizado para o exercício de 2022: null

Percentual do PIB previsto para os próximos **2024** 1.5000 % **2025** 1.8000 % **2026** 2.0000 %

Valor do PIB previsto para os próximos **2024** 10.189.179.000,00 **2025** 10.372.584.222,00 **2026** 10.580.035.906,44

Fonte das informações do Banco Central do Brasil

Fatores de Cálculo

Descrição IPCA/IBGE

Sigla: IPCA/IBGE

Índices Oficiais **2021** 10.0600 **2022** 5.7900 %

Previsão para: **2023** 5.2300 % **2024** 4.5000 % **2025** 4.5000 % **2026** 4.5000 %

Fonte das informações do Banco Central do Brasil

Informações sobre o índice de inflação

Fatores previstos para:

2024 6.0000 %

2025 6.3000 %

2026 6.5000 %

Índice de Deflação:

2021 1.0085 %

2022 1.0080 %

2023 1.0000 %

2024 1.0450 %

2025 1.0450 %

2026 1.0450 %



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita
Projeção da Receita para o Período de 2023 a 2026
Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 1

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2023	2024	2025	2026
1.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes	38.420.700,00	40.725.942,00	43.291.675,86	46.105.634,66
1.1.0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições Melhoria	1.443.000,00	1.529.580,00	1.625.943,22	1.731.629,38
1.1.1.0.00.0.0	Impostos	1.397.500,00	1.481.350,00	1.574.674,89	1.677.028,60
1.1.1.2.00.0.0	Impostos sobre o Patrimônio	415.000,00	439.900,00	467.613,66	498.008,49
1.1.1.2.50.0.0	Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPTU	109.000,00	115.540,00	122.818,98	130.802,13
1.1.1.2.50.0.1	Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPTU Princi	95.000,00	100.700,00	107.044,05	114.001,90
1.1.1.2.50.0.2	Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPTU MJM	1.000,00	1.060,00	1.126,73	1.199,94
1.1.1.2.50.0.3	Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPTU DA	9.000,00	9.540,00	10.141,08	10.800,24
1.1.1.2.50.0.4	Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPTU MJMDA	4.000,00	4.240,00	4.507,12	4.800,05
1.1.1.2.53.0.0	Imp s/Tr In.Viv B.Imov./D.R.Imóv ITBI	306.000,00	324.360,00	344.794,68	367.206,36
1.1.1.2.53.0.1	Imp s/T.I.Viv B.Imov.D.R.Imóv ITBI Princ	306.000,00	324.360,00	344.794,68	367.206,36
1.1.1.3.00.0.0	Imp s/ Rend e Provent Qualquer Natureza	469.000,00	497.140,00	528.459,77	562.809,65
1.1.1.3.03.0.0	Imp. s/ a Renda Retido na Fonte - IRRF	469.000,00	497.140,00	528.459,77	562.809,65
1.1.1.3.03.1.0	Imp s/ Rend Ret Font IRRF Trabalho	451.000,00	478.060,00	508.177,73	541.209,29
1.1.1.3.03.1.1	Imp s/ Rend Ret Font IRRF Trabalho Princ	451.000,00	478.060,00	508.177,73	541.209,29
1.1.1.3.03.4.0	Imp s/ Rend Ret Font IRRF Out Rend	18.000,00	19.080,00	20.282,04	21.600,36
1.1.1.3.03.4.1	Imp s/ Rend Ret Font IRRF Out Rend Princ	18.000,00	19.080,00	20.282,04	21.600,36
1.1.1.4.00.0.0	Imp s/ Prod e Circul de Mercad e Serviço	513.500,00	544.310,00	578.601,46	616.210,46
1.1.1.4.51.0.0	Impostos sobre Serviços	513.500,00	544.310,00	578.601,46	616.210,46
1.1.1.4.51.1.0	Imp. s/ Serv. Qualq. Nat.- ISSQN	513.500,00	544.310,00	578.601,46	616.210,46



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita
Projeção da Receita para o Período de 2023 a 2026
Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 2

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2023	2024	2025	2026
1.1.1.4.51.1.1	Imp. s/ Serv. Qualq. Nat.- ISSQN Princ	508.000,00	538.480,00	572.404,24	609.610,49
1.1.1.4.51.1.2	Imp. s/ Serv. Qualq. Nat.- ISSQN MJM	4.000,00	4.240,00	4.507,12	4.800,05
1.1.1.4.51.1.3	Imp. s/ Serv. Qualq. Nat.- ISSQN DA	1.000,00	1.060,00	1.126,73	1.199,94
1.1.1.4.51.1.4	Imp. s/ Serv. Qualq. Nat.- ISSQN MJMDA	500,00	530,00	563,37	599,98
1.1.2.0.00.0.0	Taxas	45.500,00	48.230,00	51.268,33	54.600,78
1.1.2.1.00.0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	23.500,00	24.910,00	26.479,26	28.200,44
1.1.2.1.01.0.0	Taxas Inspeção, Controle e Fiscalização	23.500,00	24.910,00	26.479,26	28.200,44
1.1.2.1.01.0.1	Taxas Inspecao, Controle Fiscal Princ	20.000,00	21.200,00	22.535,60	24.000,44
1.1.2.1.01.0.2	Taxas Inspec Control Fiscal Mul Jur Mora	1.000,00	1.060,00	1.126,73	1.199,94
1.1.2.1.01.0.3	Taxas Inspecao, Controle Fiscal Div Ativ	1.500,00	1.590,00	1.690,20	1.800,12
1.1.2.1.01.0.4	Taxas Inspec Controle e Fiscal MJMD.Ativ	1.000,00	1.060,00	1.126,73	1.199,94
1.1.2.2.00.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	22.000,00	23.320,00	24.789,07	26.400,34
1.1.2.2.01.0.0	Taxas pela Prestação Serviços em Geral	22.000,00	23.320,00	24.789,07	26.400,34
1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prest Serv Geral Princ	20.000,00	21.200,00	22.535,60	24.000,44
1.1.2.2.01.0.2	Taxas pela Prest Serv Geral Mult Jur Mor	500,00	530,00	563,37	599,98
1.1.2.2.01.0.3	Taxas pela Prest Serv Geral Div Ativa	1.000,00	1.060,00	1.126,73	1.199,94
1.1.2.2.01.0.4	Taxas Prest Serv Geral M.J.M.Div.Ativ	500,00	530,00	563,37	599,98
1.2.0.0.00.0.0	Contribuições	500.000,00	530.000,00	563.390,00	600.010,40
1.2.4.0.00.0.0	Contrib p/ Custeio Serviço Ilum Publica	500.000,00	530.000,00	563.390,00	600.010,40
1.2.4.1.00.0.0	Contrib p/ Custeio Serviço Ilum Publica	500.000,00	530.000,00	563.390,00	600.010,40



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita
Projeção da Receita para o Período de 2023 a 2026
Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 3

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2023	2024	2025	2026
1.2.4.1.50.0.0	Contrib p/ Custeio Servico Ilum Publica	500.000,00	530.000,00	563.390,00	600.010,40
1.2.4.1.50.0.1	Contrib Cust Serv Ilum Publica Princ	500.000,00	530.000,00	563.390,00	600.010,40
1.3.0.0.00.0.0	Receita Patrimonial	104.700,00	110.982,00	117.973,92	125.642,28
1.3.2.0.00.0.0	Valores Mobiliários	104.700,00	110.982,00	117.973,92	125.642,28
1.3.2.1.00.0.0	Juros e Correções Monetárias	104.700,00	110.982,00	117.973,92	125.642,28
1.3.2.1.01.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários	104.700,00	110.982,00	117.973,92	125.642,28
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários Princ	104.700,00	110.982,00	117.973,92	125.642,28
1.6.0.0.00.0.0	Receita de Serviços	69.000,00	73.140,00	77.747,88	82.801,44
1.6.1.0.00.0.0	Serv Administrativos Comerc Gerais	15.000,00	15.900,00	16.901,76	18.000,36
1.6.1.1.00.0.0	Serv Administrativos Comerc Gerais	15.000,00	15.900,00	16.901,76	18.000,36
1.6.1.1.01.0.0	Serv Administrativos Comerc Gerais	15.000,00	15.900,00	16.901,76	18.000,36
1.6.1.1.01.0.1	Serv Admrativos Comerc Gerais Princ	15.000,00	15.900,00	16.901,76	18.000,36
1.6.3.0.00.0.0	Serviços e Atividades Referentes à Saúde	54.000,00	57.240,00	60.846,12	64.801,08
1.6.3.1.00.0.0	Serviços de Atendimento à Saúde	54.000,00	57.240,00	60.846,12	64.801,08
1.6.3.1.99.0.0	Outros Serviços de Atendimento à Saúde	54.000,00	57.240,00	60.846,12	64.801,08
1.6.3.1.99.0.1	Outros Serv Atendimento Saude Princ	54.000,00	57.240,00	60.846,12	64.801,08
1.7.0.0.00.0.0	Transferências Correntes	36.204.000,00	38.376.240,00	40.793.942,84	43.445.549,08
1.7.1.0.00.0.0	Transferências da União e suas Entidades	24.844.000,00	26.334.640,00	27.993.722,03	29.813.314,01
1.7.1.1.00.0.0	Transf Decorr Partic na Receita Uniao	20.841.000,00	22.091.460,00	23.483.221,93	25.009.631,41
1.7.1.1.51.0.0	Cota-Parte Fund Partic dos Munic FPM	20.800.000,00	22.048.000,00	23.437.024,00	24.960.430,60



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita
Projeção da Receita para o Período de 2023 a 2026
Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 4

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2023	2024	2025	2026
1.7.1.1.51.1.0	Cota-Parte Fund Part Mun FPM Cota Mensal	19.500.000,00	20.670.000,00	21.972.210,00	23.400.403,68
1.7.1.1.51.1.1	Cota-Parte Fun Part Mun FPM Mensal Princ	19.500.000,00	20.670.000,00	21.972.210,00	23.400.403,68
1.7.1.1.51.2.0	Cota-Parte Fund Par Mu FPM Cot Extraordi	1.300.000,00	1.378.000,00	1.464.814,00	1.560.026,92
1.7.1.1.51.2.1	Cota-Parte Fund Par Mu FPM Cot Extraordi	1.300.000,00	1.378.000,00	1.464.814,00	1.560.026,92
1.7.1.1.52.0.0	Cota-Parte Imp S/ Prop Territ Rural ITR	41.000,00	43.460,00	46.197,93	49.200,81
1.7.1.1.52.0.1	Cota-Parte Imp S/ Prop Ter Rur ITR Princ	41.000,00	43.460,00	46.197,93	49.200,81
1.7.1.2.00.0.0	Transf Compens Financs Explor Rec Natura	303.000,00	321.180,00	341.414,40	363.606,36
1.7.1.2.51.0.0	Cota-parte Comp Fin Expl Rec Miner CFEM	3.000,00	3.180,00	3.380,40	3.600,12
1.7.1.2.51.0.1	Cota-parte Comp Fin Expl Rec Miner CFEM	3.000,00	3.180,00	3.380,40	3.600,12
1.7.1.2.52.0.0	Cota-parte Comp Fin pela Producao Petrol	300.000,00	318.000,00	338.034,00	360.006,24
1.7.1.2.52.4.0	Cota-Parte Fund Especial Petroleo FEP	300.000,00	318.000,00	338.034,00	360.006,24
1.7.1.2.52.4.1	Cota-Parte Fund Especial Petroleo FEP Pr	300.000,00	318.000,00	338.034,00	360.006,24
1.7.1.3.00.0.0	Transf Recur Sistema Unico Saude SUS	2.948.000,00	3.124.880,00	3.321.747,34	3.537.660,84
1.7.1.3.50.0.0	Transf Rec SUS RF.Fund BI Manut ASPS	2.948.000,00	3.124.880,00	3.321.747,34	3.537.660,84
1.7.1.3.50.1.0	Transf Rec BI Manut ASPS Aten Primaria	2.628.000,00	2.785.680,00	2.961.177,84	3.153.654,36
1.7.1.3.50.1.1	Transf Rec BI Man Red SPS Aten Prim.Pri	2.628.000,00	2.785.680,00	2.961.177,84	3.153.654,36
1.7.1.3.50.3.0	Transf Rec BI Manut ASPS Vig Saude	175.000,00	185.500,00	197.186,45	210.003,54
1.7.1.3.50.3.1	Transf Rec BI Manut ASPS Vig Saude Princ	175.000,00	185.500,00	197.186,45	210.003,54
1.7.1.3.50.4.0	Transf Rec BI Manut ASPS Ass Farmac	140.000,00	148.400,00	157.749,20	168.002,85
1.7.1.3.50.4.1	Transf Rec BI Manut Red SPS Ass Farmac	140.000,00	148.400,00	157.749,20	168.002,85



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita
Projeção da Receita para o Período de 2023 a 2026
Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 5

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2023	2024	2025	2026
1.7.1.3.50.5.0	Transf Rec BI Manut ASPS Gestao SUS	5.000,00	5.300,00	5.633,85	6.000,09
1.7.1.3.50.5.1	Transf Rec BI Manut ASPS Gestao SUS Prin	5.000,00	5.300,00	5.633,85	6.000,09
1.7.1.4.00.0.0	Transf Rec Fund Nac Desenvol Educac FNDE	342.000,00	362.520,00	385.358,56	410.406,80
1.7.1.4.50.0.0	Transferências do Salário-Educação	175.000,00	185.500,00	197.186,45	210.003,54
1.7.1.4.50.0.1	Transf do Salario-Educacao Princ	175.000,00	185.500,00	197.186,45	210.003,54
1.7.1.4.51.0.0	Transf Dir FNDE Prog Dinh Dir Escol PDDE	7.000,00	7.420,00	7.887,41	8.400,06
1.7.1.4.51.0.1	Transf Dir FNDE Prog Dinh Dir Escol PDDE	7.000,00	7.420,00	7.887,41	8.400,06
1.7.1.4.52.0.0	Transf ref Prog Nac Alimen Escolar PNAE	65.000,00	68.900,00	73.240,65	78.001,30
1.7.1.4.52.0.1	Transf Prog Nac Alim Escolar PNAE Princ	65.000,00	68.900,00	73.240,65	78.001,30
1.7.1.4.53.0.0	Transf Prog Nac Apoio Transp Escol PNATE	95.000,00	100.700,00	107.044,05	114.001,90
1.7.1.4.53.0.1	Transf Prog Nac Transp Esc PNATE Princ	95.000,00	100.700,00	107.044,05	114.001,90
1.7.1.6.00.0.0	Transf Rec Fund Nac Assist Social FNAS	270.000,00	286.200,00	304.230,60	324.005,64
1.7.1.6.50.0.0	Transf Rec Fund Nac Assist Social FNAS	270.000,00	286.200,00	304.230,60	324.005,64
1.7.1.6.50.0.1	Transf Rec Fund Nac Ass Soci FNAS Princ	270.000,00	286.200,00	304.230,60	324.005,64
1.7.1.9.00.0.0	Outras Transf Recu Uniao e suas Entid	140.000,00	148.400,00	157.749,20	168.002,96
1.7.1.9.58.0.0	Transf Obrig Decorr Lei Comp nº 176/2020	40.000,00	42.400,00	45.071,20	48.000,88
1.7.1.9.58.0.1	Transf Obrig Decorr LC nº 176/2020 Princ	40.000,00	42.400,00	45.071,20	48.000,88
1.7.1.9.99.0.0	Outras Transf Recu Uniao e suas Entid	100.000,00	106.000,00	112.678,00	120.002,08
1.7.1.9.99.0.1	Outras Transf Rec Uniao e Entid Princ	100.000,00	106.000,00	112.678,00	120.002,08
1.7.2.0.00.0.0	Transf Estad e Distrito Fed e suas Entid	7.760.000,00	8.225.600,00	8.743.812,81	9.312.160,55



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita
Projeção da Receita para o Período de 2023 a 2026
Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 6

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2023	2024	2025	2026
1.7.2.1.00.0.0	Partic na Receita Estados Distrito Fed	5.625.000,00	5.962.500,00	6.338.137,56	6.750.116,40
1.7.2.1.50.0.0	Cota-Parte do ICMS	4.800.000,00	5.088.000,00	5.408.544,00	5.760.099,36
1.7.2.1.50.0.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	4.800.000,00	5.088.000,00	5.408.544,00	5.760.099,36
1.7.2.1.51.0.0	Cota-Parte do IPVA	750.000,00	795.000,00	845.085,00	900.015,48
1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	750.000,00	795.000,00	845.085,00	900.015,48
1.7.2.1.52.0.0	Cota-Parte do IPI - Municípios	60.000,00	63.600,00	67.606,80	72.001,20
1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte IPI Municipios Princ	60.000,00	63.600,00	67.606,80	72.001,20
1.7.2.1.53.0.0	Cota-Parte Contrib Interv Dominio Econ	15.000,00	15.900,00	16.901,76	18.000,36
1.7.2.1.53.0.1	Cota-Parte Contrib Interv Dom Econ Princ	15.000,00	15.900,00	16.901,76	18.000,36
1.7.2.3.00.0.0	Transf Recur Sistema Unico Saude SUS	1.100.000,00	1.166.000,00	1.239.458,00	1.320.022,77
1.7.2.3.50.0.0	Transf Recur Sistema Unico Saude SUS	1.100.000,00	1.166.000,00	1.239.458,00	1.320.022,77
1.7.2.3.50.0.1	Transf Rec Sistema Unico Saude SUS Princ	1.100.000,00	1.166.000,00	1.239.458,00	1.320.022,77
1.7.2.9.00.0.0	Outras Transfer dos Estados Distrito Fed	1.035.000,00	1.097.100,00	1.166.217,25	1.242.021,38
1.7.2.9.51.0.0	Transf Estados destin Assist Social	65.000,00	68.900,00	73.240,65	78.001,30
1.7.2.9.51.0.1	Transf Estados dest Assist Social Princ	65.000,00	68.900,00	73.240,65	78.001,30
1.7.2.9.52.0.0	Transf Recu Destin Progs Educacao	970.000,00	1.028.200,00	1.092.976,60	1.164.020,08
1.7.2.9.52.0.1	Transf Recu Destin Progs Educacao Princ	970.000,00	1.028.200,00	1.092.976,60	1.164.020,08
1.7.5.0.00.0.0	Transf Outras Instituicoes Publicas	3.600.000,00	3.816.000,00	4.056.408,00	4.320.074,52
1.7.5.1.00.0.0	Transferências Recursos do FUNDEB	3.600.000,00	3.816.000,00	4.056.408,00	4.320.074,52
1.7.5.1.50.0.0	Transferências Recursos do FUNDEB	3.600.000,00	3.816.000,00	4.056.408,00	4.320.074,52



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita
Projeção da Receita para o Período de 2023 a 2026
Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 7

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2023	2024	2025	2026
1.7.5.1.50.0.1	Transferências Recursos do FUNDEB Princ	3.600.000,00	3.816.000,00	4.056.408,00	4.320.074,52
1.9.0.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes	100.000,00	106.000,00	112.678,00	120.002,08
1.9.2.0.00.0.0	Indenizacoes, Restituic Ressarcimentos	100.000,00	106.000,00	112.678,00	120.002,08
1.9.2.2.00.0.0	Restituições	100.000,00	106.000,00	112.678,00	120.002,08
1.9.2.2.99.0.0	Outras Restituições	100.000,00	106.000,00	112.678,00	120.002,08
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	100.000,00	106.000,00	112.678,00	120.002,08
2.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital	1.804.000,00	1.912.240,00	2.032.711,12	2.164.837,37
2.2.0.0.00.0.0	Alienação de Bens	20.000,00	21.200,00	22.535,60	24.000,44
2.2.1.0.00.0.0	Alienação de Bens Móveis	20.000,00	21.200,00	22.535,60	24.000,44
2.2.1.3.00.0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	20.000,00	21.200,00	22.535,60	24.000,44
2.2.1.3.01.0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	20.000,00	21.200,00	22.535,60	24.000,44
2.2.1.3.01.0.1	Alien Bens Moveis Semov Princ	20.000,00	21.200,00	22.535,60	24.000,44
2.4.0.0.00.0.0	Transferências de Capital	1.784.000,00	1.891.040,00	2.010.175,52	2.140.836,93
2.4.1.0.00.0.0	Transferências da União e suas Entidades	1.474.000,00	1.562.440,00	1.660.873,72	1.768.830,52
2.4.1.1.00.0.0	Transf Recu Sistema Unico Saude SUS	50.000,00	53.000,00	56.339,00	60.001,04
2.4.1.1.51.0.0	Transf Rec SUS F.Fund BI Est Red SPS	50.000,00	53.000,00	56.339,00	60.001,04
2.4.1.1.51.1.0	Transf Rec BI Estrut Rede SPS Aten Prima	50.000,00	53.000,00	56.339,00	60.001,04
2.4.1.1.51.1.1	Transf Rec BI Est Red SPS Aten Primar Pr	50.000,00	53.000,00	56.339,00	60.001,04
2.4.1.4.00.0.0	Transf Conv da Uniao e suas Entid	1.144.000,00	1.212.640,00	1.289.036,32	1.372.823,68
2.4.1.4.50.0.0	Transf Conv Uniao p/Sist Unico Saude SUS	200.000,00	212.000,00	225.356,00	240.004,16



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita
Projeção da Receita para o Período de 2023 a 2026
Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 8

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2023	2024	2025	2026
2.4.1.4.50.0.1	Transf Conv Uniao Sist Un Saud SUS Princ	200.000,00	212.000,00	225.356,00	240.004,16
2.4.1.4.51.0.0	Transf Conv Uniao destin Prog Educacao	200.000,00	212.000,00	225.356,00	240.004,16
2.4.1.4.51.0.1	Transf Conv Uniao dest Prg Educac Princ	200.000,00	212.000,00	225.356,00	240.004,16
2.4.1.4.99.0.0	Outras Transf Conv Uniao e Suas Entid	744.000,00	788.640,00	838.324,32	892.815,36
2.4.1.4.99.0.1	Outras Transf Conv Uniao e Entid Princ	744.000,00	788.640,00	838.324,32	892.815,36
2.4.1.9.00.0.0	Outras Transf Recu Uniao e suas Entid	280.000,00	296.800,00	315.498,40	336.005,80
2.4.1.9.51.0.0	Transferência Especial da União	280.000,00	296.800,00	315.498,40	336.005,80
2.4.1.9.51.0.1	Transf Especial da Uniao Princ	280.000,00	296.800,00	315.498,40	336.005,80
2.4.2.0.00.0.0	Transf Estad e Distrito Fed e suas Entid	310.000,00	328.600,00	349.301,80	372.006,41
2.4.2.1.00.0.0	Transf Rec Sist Unic Saud SUS - Estad DF	10.000,00	10.600,00	11.267,80	12.000,17
2.4.2.1.50.0.0	Transf Recu Sistema Unico Saude SUS	10.000,00	10.600,00	11.267,80	12.000,17
2.4.2.1.50.0.1	Transf Rec Sistema Unico Saude SUS Princ	10.000,00	10.600,00	11.267,80	12.000,17
2.4.2.2.00.0.0	Transf Conv Estados DF e Suas Entid	100.000,00	106.000,00	112.678,00	120.002,08
2.4.2.2.99.0.0	Outras Transf Conv Estad DF e Suas Entid	100.000,00	106.000,00	112.678,00	120.002,08
2.4.2.2.99.0.1	Outras Transf Conv Estad DF e Ent Princ	100.000,00	106.000,00	112.678,00	120.002,08
2.4.2.9.00.0.0	Outras Transf Recu dos Estados	200.000,00	212.000,00	225.356,00	240.004,16
2.4.2.9.99.0.0	Outras Transf Recu dos Estados	200.000,00	212.000,00	225.356,00	240.004,16
2.4.2.9.99.0.1	Outras Transf Recu dos Estados Princ	200.000,00	212.000,00	225.356,00	240.004,16
90.0.0.0.00.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.039.700,00	-5.342.082,00	-5.678.633,17	-6.047.744,42
91.0.0.0.00.0.0	RENÚNCIA	-9.500,00	-10.070,00	-10.704,44	-11.400,21



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita
Projeção da Receita para o Período de 2023 a 2026
Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 9

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2023	2024	2025	2026
91.1.0.0.0.0.0.0	Dedução Receitas Correntes	-9.500,00	-10.070,00	-10.704,44	-11.400,21
91.1.1.0.0.0.0.0.0	Dedu. Imp., Tax. e Contrib. de Melhoria	-9.500,00	-10.070,00	-10.704,44	-11.400,21
91.1.1.1.0.0.0.0.0	Dedução Impostos	-9.500,00	-10.070,00	-10.704,44	-11.400,21
91.1.1.1.2.0.0.0.0	Dedução Impostos sobre o Patrimônio	-9.500,00	-10.070,00	-10.704,44	-11.400,21
91.1.1.1.2.50.0.0	Dedução Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPT	-9.500,00	-10.070,00	-10.704,44	-11.400,21
91.1.1.1.2.50.0.1	Dedução Imp s/ Prop Pred e Terri Urb IPT	-9.500,00	-10.070,00	-10.704,44	-11.400,21
95.0.0.0.0.0.0.0.0	FUNDEB	-5.030.200,00	-5.332.012,00	-5.667.928,73	-6.036.344,21
95.1.0.0.0.0.0.0.0	Dedução Receitas Correntes	-5.030.200,00	-5.332.012,00	-5.667.928,73	-6.036.344,21
95.1.7.0.0.0.0.0.0	Dedução Transferências Correntes	-5.030.200,00	-5.332.012,00	-5.667.928,73	-6.036.344,21
95.1.7.1.0.0.0.0.0	Dedu. Transf. União e de suas Entidades	-3.908.200,00	-4.142.692,00	-4.403.681,57	-4.689.920,93
95.1.7.1.1.0.0.0.0	Dedu. Cota-Parte Part Uniao	-3.908.200,00	-4.142.692,00	-4.403.681,57	-4.689.920,93
95.1.7.1.1.51.0.0	Dedu. Cota-Parte do F.P.M.	-3.900.000,00	-4.134.000,00	-4.394.442,00	-4.680.080,76
95.1.7.1.1.51.1.0	Dedu. Cota-Parte do F.P.M.Cota Mensal	-3.900.000,00	-4.134.000,00	-4.394.442,00	-4.680.080,76
95.1.7.1.1.51.1.1	Dedu. Cota-Parte do F.P.M. Mensal Princ.	-3.900.000,00	-4.134.000,00	-4.394.442,00	-4.680.080,76
95.1.7.1.1.52.0.0	Dedu. Cota-Parte do I.P.T. Rural -Princ.	-8.200,00	-8.692,00	-9.239,57	-9.840,17
95.1.7.1.1.52.0.1	Dedu. Cota-Parte do I.P.T. Rural -Princ.	-8.200,00	-8.692,00	-9.239,57	-9.840,17
95.1.7.2.0.0.0.0.0	Dedu. Transf. Estados e DF e Entidades	-1.122.000,00	-1.189.320,00	-1.264.247,16	-1.346.423,28
95.1.7.2.1.0.0.0.0	Dedução Part. Receita Estado	-1.122.000,00	-1.189.320,00	-1.264.247,16	-1.346.423,28
95.1.7.2.1.50.0.0	Dedução Cota-Parte do ICMS - Principal	-960.000,00	-1.017.600,00	-1.081.708,80	-1.152.019,92
95.1.7.2.1.50.0.1	Dedução Cota-Parte do ICMS - Principal	-960.000,00	-1.017.600,00	-1.081.708,80	-1.152.019,92



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita
Projeção da Receita para o Período de 2023 a 2026
Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 10

Projeção da Receita (Anual)

Código	Descrição	2023	2024	2025	2026
95.1.7.2.1.51.0.0	Dedução Cota-Parte do IPVA - Principal	-150.000,00	-159.000,00	-169.017,00	-180.003,12
95.1.7.2.1.51.0.1	Dedução Cota-Parte do IPVA - Principal	-150.000,00	-159.000,00	-169.017,00	-180.003,12
95.1.7.2.1.52.0.0	Dedu. Cota-Parte do IPI - Mun.	-12.000,00	-12.720,00	-13.521,36	-14.400,24
95.1.7.2.1.52.0.1	Dedu. Cota-Parte do IPI - Mun. - Princ.	-12.000,00	-12.720,00	-13.521,36	-14.400,24
Totais:		35.185.000,00	37.296.100,00	39.645.753,81	42.222.727,61



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Quadro 6 – Memória de Cálculo da Despesa
Projeção da Despesa para o Período de 2023 a 2026
Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 1

Projeção da Despesa (Anual)

Código	Descrição	2023	2024	2025	2026
3.0.00.00.00	Despesas Correntes	30.827.265,04	32.676.900,78	34.735.545,56	36.993.355,70
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	17.286.586,92	18.323.782,08	19.478.180,39	20.744.261,91
3.1.71.00.00	Transf. Consórcios Públicos Med.Cont.Rat	88.936,92	94.273,08	100.212,24	106.726,08
3.1.71.70.00	Rateio pela Particip. Consórcio Público	88.936,92	94.273,08	100.212,24	106.726,08
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	17.197.650,00	18.229.509,00	19.377.968,15	20.637.535,83
3.1.90.01.00	Aposentadorias RPPS, Res.Rem. e Reforma	449.000,00	475.940,00	505.924,27	538.809,31
3.1.90.03.00	Pensões do RPPS e do Militar	31.000,00	32.860,00	34.930,13	37.200,54
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	4.817.650,00	5.106.709,00	5.428.431,64	5.781.279,65
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	8.657.500,00	9.176.950,00	9.755.097,88	10.389.179,21
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	2.699.000,00	2.860.940,00	3.041.179,27	3.238.855,87
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil	521.000,00	552.260,00	587.052,43	625.210,86
3.1.90.91.00	Sentenças Judiciais	10.000,00	10.600,00	11.267,80	12.000,17
3.1.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	11.500,00	12.190,00	12.958,00	13.800,28
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	1.000,00	1.060,00	1.126,73	1.199,94
3.2.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	1.060,00	1.126,73	1.199,94
3.2.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00	1.060,00	1.126,73	1.199,94
3.2.90.21.00	Juros Sobre Dívida Por Contrato	1.000,00	1.060,00	1.126,73	1.199,94
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	13.539.678,12	14.352.058,70	15.256.238,44	16.247.893,85
3.3.30.00.00	Transf. a Estados e ao Distrito Federal	112.000,00	118.720,00	126.199,36	134.402,32
3.3.30.41.00	Contribuições	112.000,00	118.720,00	126.199,36	134.402,32



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Quadro 6 – Memória de Cálculo da Despesa
Projeção da Despesa para o Período de 2023 a 2026
Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 2

Projeção da Despesa (Anual)

Código	Descrição	2023	2024	2025	2026
3.3.50.00.00	Transf.Instit.Privadas S/Fins Lucrativos	1.850.935,00	1.961.991,05	2.085.596,45	2.221.160,21
3.3.50.41.00	Contribuições	501.600,00	531.696,00	565.192,80	601.930,32
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais	1.349.335,00	1.430.295,05	1.520.403,65	1.619.229,89
3.3.70.00.00	Transf. Inst. Multigovernamentais	75.000,00	79.500,00	84.508,56	90.001,56
3.3.70.41.00	Contribuições	75.000,00	79.500,00	84.508,56	90.001,56
3.3.71.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	51.314,68	54.393,53	57.820,37	61.578,66
3.3.71.70.00	Rateio pela Particip. Consórcio Público	51.314,68	54.393,53	57.820,37	61.578,66
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	10.817.562,48	11.466.616,20	12.189.012,98	12.981.298,82
3.3.90.14.00	Diárias - Pessoal Civil	69.250,00	73.405,00	78.029,56	83.101,48
3.3.90.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	1.000,00	1.060,00	1.126,73	1.199,94
3.3.90.30.00	Material de Consumo	3.756.716,00	3.982.118,96	4.232.992,40	4.508.136,92
3.3.90.31.00	Premiação Cult.,Artíst.,Científ.Desport.	145.000,00	153.700,00	163.383,05	174.002,93
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita	494.000,00	523.640,00	556.629,32	592.810,27
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	6.750,00	7.155,00	7.605,72	8.100,12
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria	311.000,00	329.660,00	350.428,63	373.206,54
3.3.90.36.00	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	1.089.000,00	1.154.340,00	1.227.063,48	1.306.822,56
3.3.90.39.00	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	4.082.008,00	4.326.928,48	4.599.524,93	4.898.494,02
3.3.90.40.00	Serv. de TI e Comunicação - PJ	378.600,00	401.316,00	426.598,92	454.327,80
3.3.90.46.00	Auxílio-alimentação	1.150,00	1.219,00	1.295,80	1.380,04
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	404.600,00	428.876,00	455.895,20	485.528,36



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Quadro 6 – Memória de Cálculo da Despesa
Projeção da Despesa para o Período de 2023 a 2026
Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 3

Projeção da Despesa (Anual)

Código	Descrição	2023	2024	2025	2026
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financ. Pessoas Físicas	53.688,48	56.909,76	60.495,12	64.427,28
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais	20.000,00	21.200,00	22.535,60	24.000,44
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	4.800,00	5.088,00	5.408,52	5.760,12
3.3.93.00.00	Aplic.Direta Dec. Oper.Ó. Fundos e Ent.	632.865,96	670.837,92	713.100,72	759.452,28
3.3.93.39.00	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	632.865,96	670.837,92	713.100,72	759.452,28
4.0.00.00.00	Despesas de Capital	4.290.972,96	4.548.431,29	4.834.982,32	5.149.256,22
4.4.00.00.00	Investimentos	3.939.972,96	4.176.371,29	4.439.482,59	4.728.049,01
4.4.30.00.00	Transferências a Estados e ao DF	1.000,00	1.060,00	1.126,73	1.199,94
4.4.30.42.00	Auxílios	1.000,00	1.060,00	1.126,73	1.199,94
4.4.71.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	20.759,96	22.005,56	23.391,92	24.912,43
4.4.71.70.00	Rateio pela Particip. Consórcio Público	20.759,96	22.005,56	23.391,92	24.912,43
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	3.918.213,00	4.153.305,73	4.414.963,94	4.701.936,64
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	2.751.559,00	2.916.652,49	3.100.401,65	3.301.927,74
4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente	1.125.654,00	1.193.193,24	1.268.364,36	1.350.808,08
4.4.90.61.00	Aquisição de Imóveis	40.000,00	42.400,00	45.071,20	48.000,88
4.4.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00	1.060,00	1.126,73	1.199,94
4.6.00.00.00	Amortização da Dívida	351.000,00	372.060,00	395.499,73	421.207,21
4.6.90.00.00	Aplicações Diretas	351.000,00	372.060,00	395.499,73	421.207,21
4.6.90.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	1.000,00	1.060,00	1.126,73	1.199,94
4.6.90.77.00	Princ. Corrig. Dívida Cont. Refinanciado	350.000,00	371.000,00	394.373,00	420.007,27



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Quadro 6 – Memória de Cálculo da Despesa
Projeção da Despesa para o Período de 2023 a 2026
Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 4

Projeção da Despesa (Anual)

Código	Descrição	2023	2024	2025	2026
9.0.00.00.00	Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	66.762,00	70.767,72	75.226,08	80.115,72
9.9.00.00.00	Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	66.762,00	70.767,72	75.226,08	80.115,72
9.9.99.00.00	Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	66.762,00	70.767,72	75.226,08	80.115,72
9.9.99.99.00	Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	66.762,00	70.767,72	75.226,08	80.115,72
Totais:		35.185.000,00	37.296.099,79	39.645.753,96	42.222.727,64



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

PROJEÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA e
RESULTADO NOMINAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44
FOLHA: 1

R\$ unidade

Dívida Consolidada Líquida 2020

0,00

Exercícios

Especificação	2021 (b)	2022 (c)		2023 (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)
		Previsto	Realizado (cr)				
Dívida Consolidada (I)	1.569.484,74	1.660.357,91	3.564.587,89	3.751.015,84	3.919.811,55	4.096.203,07	4.280.532,21
Deduções (II)	7.271.249,13	7.692.254,45	11.565.208,46	12.170.068,86	12.717.721,96	13.290.019,45	13.888.070,32
Ativo Disponível	7.301.187,49	7.723.926,25	11.599.818,98	12.206.489,51	12.755.781,54	13.329.791,71	13.929.632,34
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	29.938,36	31.671,79	34.610,52	36.420,65	38.059,58	39.772,26	41.562,01
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	-5.701.764,39	-6.031.896,55	-8.000.620,57	-8.419.053,03	-8.797.910,41	-9.193.816,38	-9.607.538,12
Receitas de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)	-5.701.764,39	-6.031.896,55	-8.000.620,57	-8.419.053,03	-8.797.910,41	-9.193.816,38	-9.607.538,12
Receitas Primárias advindas de PPP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VIII) = (VI -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	28.401.410,39	30.045.852,05	35.113.481,34	36.949.916,41	38.612.662,65	40.350.232,47	42.165.992,93
Resultado Primário (IX)	3.219.058,13	3.405.441,60	3.414.071,87	3.592.627,83	3.754.296,08	3.923.239,40	4.099.785,18
Juros e Encargos Ativos (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos Passivos (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal - acima da linha (XII)	3.219.058,13	3.405.441,60	3.414.071,87	3.592.627,83	3.754.296,08	3.923.239,40	4.099.785,18
Resultado Nominal - abaixo da linha	-5.701.764,39	-330.132,16	-2.298.856,18	-2.387.156,48	-378.857,39	-395.905,97	-413.721,74
Resultado Nominal Ajustado - abaixo da	3.548.328,52	3.753.776,74	2.326.191,22	2.447.851,02	2.558.004,32	2.673.114,51	2.793.404,66
Inflação	0,00	5,79	0,00	5,23	4,50	4,50	4,50



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

EXERCÍCIO DE 2024

14 abr 2023 10:44
FOLHA: 1

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

Especificação	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x	% RCL (a/RCL x 100)	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x	% RCL (a/RCL) x 100
RECEITAS PRIMÁRIAS												
Total das Receitas Correntes	35.383.860,00	33.860.153,11	0,35	91,64	37.613.042,69	35.993.342,29	0,36	93,22	40.057.890,24	38.332.909,00	0,33	95,00
(-) Valores Mobiliários	-110.982,00	-106.202,87	-0,00	-0,29	-117.973,92	-112.893,70	-0,00	-0,29	-125.642,28	-120.232,00	-0,00	-0,30
(+) Total das Receitas de Capital	1.912.240,00	1.829.894,74	0,02	4,95	2.032.711,12	1.945.178,11	0,02	5,04	2.164.837,37	2.071.615,00	0,02	5,13
(-) Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	-21.200,00	-20.287,08	0,00	-0,06	-22.535,60	-21.565,17	0,00	-0,06	-24.000,44	-22.967,00	0,00	-0,06
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das receitas primárias (I)	37.163.918,00	35.563.557,90	0,36	96,25	39.505.244,29	37.804.061,53	0,36	97,91	42.073.084,89	40.261.325,25	0,35	99,78
DESPESAS PRIMÁRIAS												
Total das Despesas Correntes	32.676.900,78	31.269.761,51	0,32	84,63	34.735.545,56	33.239.756,52	0,34	86,08	36.993.355,70	35.400.340,00	0,31	87,73
(-) Juros e Encargos da Dívida	-1.060,00	-1.014,35	0,00	-0,00	-1.126,73	-1.078,21	0,00	-0,00	-1.199,94	-1.148,00	0,00	-0,00
(+) Total das Despesas de Capital	4.548.431,29	4.352.565,83	0,04	11,78	4.834.982,32	4.626.777,34	0,05	11,98	5.149.256,22	4.927.518,00	0,04	12,21
(-) Amortização da Dívida	-372.060,00	-356.038,28	-0,00	-0,96	-395.499,73	-378.468,64	-0,00	-0,98	-421.207,21	-403.069,00	-0,00	-1,00
(+) Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	70.767,72	67.720,31	0,00	0,18	75.226,08	71.986,68	0,00	0,19	80.115,72	76.666,00	0,00	0,19
Total das despesas primárias (II)	36.922.979,79	35.332.995,02	0,36	95,62	39.249.127,50	37.558.973,69	0,36	97,27	41.800.320,49	40.000.306,68	0,35	99,13



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

EXERCÍCIO DE 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 2

Resultado Primário (III) = (I - II)	240.938,21	230.562,88	0,00	0,62	256.116,79	245.087,84	0,00	0,64	272.764,40	261.018,56	0,00	0,65
Resultado Nominal - abaixo da linha	-378.857,39	-362.542,95	-0,00	-0,98	-395.905,97	-378.857,39	-0,00	-0,98	-413.721,74	-395.905,97	-0,00	-0,98
Dívida Consolidada (I)	3.919.811,55	3.751.015,84	0,04	10,15	4.096.203,07	3.919.811,55	0,04	10,15	4.280.532,21	4.096.203,07	0,04	10,15
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	-8.797.910,41	-8.419.053,03	-0,09	-22,78	-9.193.816,38	-8.797.910,41	-0,08	-22,78	-9.607.538,12	-9.193.816,38	-0,08	-22,78

Parceiros públicos Privados

Receitas Primárias advindas de PPP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VIII) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Variáveis	Exercícios		
	2024	2025	2026
Inflação média (% anual) projetada c/ base em índice oficial*	4,50	4,50	4,50
Crescimento do PIB - Fonte: FJP- Fundação João Pinheiro/IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	1,50	1,80	2,00
Projeção do PIB:	10.189.179.000,00	10.372.584.222,00	10.580.035.906,44
Receita Corrente Líquida	38.612.662,65	40.350.232,47	42.165.992,93

Metodologia de cálculo dos valores constantes	Ano de 2024 = valores correntes divididos por...	1,0450
	Ano de 2025 = valores correntes divididos por ...	1,0450
	Ano de 2026 = valores correntes divididos por ...	1,0450



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICÍPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Leis de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício
Anterior
Exercício 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 1

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas			Metas Realizadas			Variação	
	2022 (a)	% PIB	% RCL	2022 (b)	% PIB	% RCL	Valor	%
RECEITAS PRIMÁRIAS								
Total Receitas Correntes	26.799.000,00	3.085.780.000,00	87,88	26.799.000,00	3.085.780.000,00	87,88	0,00	0,00
(-) Valores Mobiliários	-38.000,00	3.800.000,00	0,11	-38.000,00	3.800.000,00	0,11	0,00	0,00
(+) Total das receitas de capital	1.601.000,00	160.100.000,0	4,56	1.601.000,00	160.100.000,0	4,56	0,00	0,00
(-) Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	-50.000,00	5.000.000,00	0,14	-50.000,00	5.000.000,00	0,14	-0,00	-0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Total de receitas primárias (I)	28.312.000,00	2.831.200.000,00	94,23	28.312.000,00	2.831.200.000,00	80,63	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS								
Total Despesas Correntes	24.822.203,84	2.476.860.584,00	70,54	24.822.203,84	2.476.860.584,00	70,54	0,00	0,00
(-) Juros e Encargos da Dívida	-1.000,00	100.000,00	0,00	-1.000,00	100.000,00	0,00	-0,00	-0,00
(+) Total despesas de capital	3.577.796,16	357.779.616,0	10,19	3.577.796,16	357.779.616,0	10,19	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	-351.000,00	35.100.000,00	1,00	-351.000,00	35.100.000,00	1,00	0,00	0,00
(+) Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	53.598,00	5.359.800,00	0,15	53.598,00	5.359.800,00	0,15	0,00	0,00
(+) Total de despesas primárias (II)	28.101.598,00	2.810.159.800,00	93,53	28.101.598,00	2.810.159.800,00	80,03	0,00	0,00



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICÍPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

Leis de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício
Anterior
Exercício 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 2

RESULTADO PRIMÁRIO(III)=(I-II)	210.402,00	21.040.200,00	0,60	210.402,00	21.040.200,00	0,60	-0,00	-0,00
Dívida Consolidada (I)	1.660.357,91	166.035.790,64	4,73	3.564.587,89	356.458.789,00	10,15	-1.904.229,98	-114,69
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	-6.031.896,55	-603.189.654,82	-17,18	-8.000.620,57	-800.062.057,00	-22,79	1.968.724,02	-32,64
Resultado Nominal - abaixo da linha	-330.132,16	-33.013.215,82	-0,94	-2.298.856,18	-229.885.618,00	-6,55	1.968.724,02	-596,34

Fonte:

	Previsão	Realizado	Variação
*Valores PIB no exercício de 2022	0,00	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	30.045.852,05	35.113.481,34	-5.067.629,29



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS
NOS TRES EXERCÍCIOS ANTERIORES

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 1

EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
RECEITAS PRIMÁRIAS											
Total das Receitas Correntes	24.090.000,00	26.799.000,00	11,00	33.381.000,00	25,00	35.383.860,00	6,00	37.613.042,69	6,00	40.057.890,24	6,00
(-) Valores Mobiliários	-107.700,00	-38.000,00	-65,00	-104.700,00	176,00	-110.982,00	6,00	-117.973,92	6,00	-125.642,28	7,00
(+) Total das Receitas de Capital	2.210.000,00	1.601.000,00	-28,00	1.804.000,00	13,00	1.912.240,00	6,00	2.032.711,12	6,00	2.164.837,37	7,00
(-) Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	-50.000,00	-50.000,00	0,00	-20.000,00	-60,00	-21.200,00	6,00	-22.535,60	6,00	-24.000,44	7,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das receitas primárias (I)	26.142.300,00	28.312.000,00	8,30	35.060.300,00	23,84	37.163.918,00	6,00	39.505.244,29	6,30	42.073.084,89	6,50
DESPESAS PRIMÁRIAS											
Total das Despesas Correntes	22.296.137,88	24.768.605,84	11,00	30.827.265,04	24,00	32.676.900,78	6,00	34.735.545,56	6,00	36.993.355,70	6,00
(-) Juros e Encargos da Dívida	-1.000,00	-1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00	-1.060,00	6,00	-1.126,73	6,00	-1.199,94	6,00
(+) Total das Despesas de	3.949.802,06	3.577.796,16	-9,00	4.290.972,96	20,00	4.548.431,29	6,00	4.834.982,32	6,00	5.149.256,22	7,00
(-) Amortização da Dívida	-351.000,00	-351.000,00	0,00	-351.000,00	0,00	-372.060,00	6,00	-395.499,73	6,00	-421.207,21	6,00
(+) Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	54.060,06	53.598,00	-1,00	66.762,00	25,00	70.767,72	6,00	75.226,08	6,00	80.115,72	6,00
Total das despesas primárias (II)	25.948.000,00	28.048.000,00	8,09	34.833.000,00	24,19	36.922.979,79	6,00	39.249.127,50	6,30	41.800.320,49	6,30
Resultado Primário (III) = (I - II)	194.300,00	264.000,00	0,00	227.300,00	16,98	240.938,21	6,00	256.116,79	6,30	272.764,40	6,50



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS
NOS TRES EXERCÍCIOS ANTERIORES

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 2

EXERCÍCIO DE 2024

Resultado Nominal - abaixo da linha	-5.701.764,39	-2.298.856,18	-59,68	-2.387.156,48	3,84	-378.857,39	-84,13	-395.905,97	4,50	-413.721,74	4,50
Dívida Consolidada (I)	1.569.484,74	3.564.587,89	127,12	3.751.015,84	5,23	3.919.811,55	4,50	4.096.203,07	4,50	4.280.532,21	4,50
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	-5.701.764,39	-8.000.620,57	40,32	-8.419.053,03	5,23	-8.797.910,41	4,50	-9.193.816,38	4,50	-9.607.538,12	4,50

Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
RECEITAS PRIMÁRIAS											
Total das Receitas Correntes	24.294.765,00	27.013.392,00	11,19	33.381.000,00	23,57	33.860.153,11	1,44	35.993.342,29	6,30	38.332.909,32	6,50
(-) Valores Mobiliários	-108.615,45	-38.304,00	-64,73	-104.700,00	173,34	-106.202,87	1,44	-112.893,70	6,30	-120.231,85	6,50
(+) Total das Receitas de Capital	2.228.785,00	1.613.808,00	-27,59	1.804.000,00	11,79	1.829.894,74	1,44	1.945.178,11	6,30	2.071.614,71	6,50
(-) Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	-50.425,00	-50.400,00	-0,05	-20.000,00	-60,32	-20.287,08	1,44	-21.565,17	6,30	-22.966,93	6,50
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das receitas primárias (I)	26.364.509,55	28.538.496,00	8,25	35.060.300,00	22,85	35.563.557,89	1,44	37.804.061,52	6,30	40.261.325,25	6,50
DESPESAS PRIMÁRIAS											
Total das Despesas Correntes	22.485.655,05	24.966.754,69	11,03	30.827.265,04	23,47	31.269.761,51	1,44	33.239.756,52	6,30	35.400.340,38	6,50
(-) Juros e Encargos da Dívida	-1.008,50	-1.008,00	-0,05	-1.000,00	-0,79	-1.014,35	1,44	-1.078,21	6,30	-1.148,27	6,50
(+) Total das Despesas de Capital	3.983.375,38	3.606.418,53	-9,46	4.290.972,96	18,98	4.352.565,83	1,44	4.626.777,34	6,30	4.927.517,91	6,50
(-) Amortização da Dívida	-353.983,50	-353.808,00	-0,05	-351.000,00	-0,79	-356.038,28	1,44	-378.468,64	6,30	-403.069,10	6,50
(+) Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	54.519,57	54.026,78	-0,90	66.762,00	23,57	67.720,31	1,44	71.986,68	6,30	76.665,76	6,50
Total das despesas primárias (II)	26.168.558,00	28.272.384,00	8,04	34.833.000,00	23,20	35.332.995,01	1,44	37.558.973,68	6,30	40.000.306,69	6,30
Resultado Primário (III) = (I - II)	195.951,55	266.112,00	35,80	227.300,00	-14,58	230.562,88	1,44	245.087,84	6,30	261.018,56	6,50



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS
NOS TRES EXERCÍCIOS ANTERIORES**

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 3

EXERCÍCIO DE 2024

Resultado Nominal - abaixo da linha	-5.750.019,56	-2.317.247,03	-60,16	-2.387.156,48	3,84	-362.542,95	-80,51	-378.857,39	4,31	-395.905,97	4,31
Dívida Consolidada (I)	1.582.767,60	3.593.104,59	128,14	3.751.015,84	5,23	3.751.015,84	4,31	3.919.811,55	4,31	4.096.203,07	4,31
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	-5.750.019,56	-8.064.625,53	40,64	-8.419.053,03	5,23	-8.419.053,03	4,31	-8.797.910,41	4,31	-9.193.816,38	4,31

Índices de Inflação					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
10,06	5,79	5,23	4,50	4,50	4,50
IPCA - Fonte das Informações: FJP- Fundação João Pinheiro/IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Banco Central					
Fatores para Estabelecimento de Valores Constantes - (Quadro 1 - Relatório de Índices)					
Ano de 2021 = valores correntes multiplicado por...	1,0085	Ano de 2024 = valores correntes divididos por...	1,0450		
Ano de 2022 = valores correntes multiplicado por ...	1,0080	Ano de 2025 = valores correntes divididos por ...	1,0450		
Ano de 2023 = valores correntes multiplicado por ...	1,0000	Ano de 2026 = valores correntes divididos por ...	1,0450		



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 1

AMF - DEMONSTRATIVO 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio / Capital	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Reservas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Resultado Acumulado	39.278.987,51	100%	19.531.774,63	100%	14.764.486,31	100%
TOTAL	39.278.987,51	100%	19.531.774,63	100%	14.764.486,31	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Reservas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
TOTAL	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%



ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSO OBTIDOS COM
ALIENAÇÃO DE ATIVOS
Exercício 2024

14 abr 2023 10:44

FOLHA: 1

AMF - DEMONSTRATIVO 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

Receitas Realizadas	2020(a)	2021(b)	2022(c)
Receitas de Capital - Alienação de Ativos	594,21	127.299,36	19.189,70
Alienação de Bens Móveis	0,00	122.650,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	594,21	4.649,36	19.189,70
Saldo Financeiro dos Exercícios Anteriores somado á Alienação de Ativos	123.874,82	124.469,03	270.958,09
Despesas Executadas	2020(d)	2021(e)	2022(f)
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos (II)	47.806,94	4.023,00	1.600,48
Despesas de Capital	47.806,94	4.023,00	1.600,48
Investimentos	47.806,94	4.023,00	1.600,48
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Saldo Financeiro	2020(g)	2021(h)	2022(i)
Valor(III)	76.662,09	199.938,45	217.527,67
Nota Explicativa	0,00	0,00	0,00
Nota Explicativa	0,00	0,00	0,00

NOTA



UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: FERROS
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E
PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO 2024


14 abr 2023 10:

FOLHA 1

ARF - (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
01 - Demandas Judiciais	50.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir de anulação de dotação.	50.000,00
02 - Dívidas em Processo de Reconhecimento	80.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir de anulação de dotação.	80.000,00
03 - Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
04 - Assunção de Passivos	0,00		0,00
05 - Assistências Diversas	0,00		0,00
06 - Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUBTOTAL	130.000,00	SUBTOTAL	130.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
07 - Frustração de Arrecadação	400.000,00	Limitação de Empenhos	400.000,00
08 - Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
09 - Discrepância de Projeções	0,00		0,00
10 - Outros Riscos Fiscais	160.000,00	Redução/realocação de despesas em diversos setores da Prefeitura. Abertura de créditos adicionais a partir de anulação de dotação.	160.000,00
SUB TOTAL	560.000,00	SUB TOTAL	560.000,00
TOTAL	690.000,00	TOTAL	690.000,00

	ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPIO: FERROS UF: MINAS GERAIS	LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO Exercício de 2024	14 abr 2023 10:44 FOLHA 1
----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------

AMF - DEMONSTRATIVO 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)

Eventos	Valores Previsto Para 2024
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Impacto de Novas DOCC geradas para PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	0,00

Nota Explicativa

O Município de Ferros não apresenta situações que caracterizem aumento permanente de receita, nem redução permanente de despesa ou novas despesas obrigatórias de caráter continuado, por isso, nenhuma informação foi inserida no quadro.





ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICIPIO: FERROS
UF: MINAS GERAIS

FERROS
LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
Exercício de 2024

14 abr 2023 10:44
FOLHA: 1

AMF - Demonstrativos VII (LRF, art 4º, §2º, Inciso V)

R\$ 1,00

Tributos	Modalidades	Setores/Programas/Beneficiários	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2024	2025	2026	
Desconto de ate 10% IPTU - Imposto Sobre a Propriedade Predial Territorial Urbano	Outros beneficios de carater não geral	Contribuinte	7.800,00	8.000,00	8.500,00	O desconto incentivara maior numero de contribuintes a quitar seus débitos, reduzindo a inadimplência. A renuncia foi considerada na estimativa de receita e não afetara a execução da despesa fixada na proposta orçamentaria.
Totais:			7.800,00	8.000,00	8.500,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS
Estado de Minas Gerais
2024

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS OBRAS EM ANDAMENTO
CUMPRIMENTO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 - LRF

IDENTIFICAÇÃO DA OBRA EM ANDAMENTO	SITUAÇÃO
NADA A DECLARAR	
POSIÇÃO EM: 14/04/2023	





PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS
CEP: 35.800-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº. 068/2023

**CONCEDE QUINQUÊNIO A
SERVIDORES QUE ESPECIFICA.**

O Prefeito Municipal de Ferros, no uso da atribuição prevista no artigo 61, inciso VII e artigo 90, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no artigo 79 da Lei Complementar Nº. 002 de 22 de maio de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder quinquênio aos servidores abaixo relacionados:

- **ELIANE PAULO DE ANDRADE SILVA**, matrícula nº. 1538-5, detentora do cargo efetivo de Servente Escolar, 1º. quinquênio, a contar de 01/07/2023;
- **JOAO RIBEIRO DE MAGALHÃES**, matrícula nº. 1547-4, detentor do cargo efetivo de Operário, 1º. quinquênio, a contar de 13/07/2023
- **DENISE MAGALHAES COSTA MADEIRA**, matrícula nº. 1538-5, detentora do cargo efetivo de Servente Escolar, 2º. quinquênio, a contar de 07/07/2023;

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ferros, 31 de julho de 2023.

RAIMUNDO MENEZES DE CARVALHO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL